



Ata da assembleia municipal de Tondela de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis reuniu a assembleia municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Verificando-se a falta do segundo secretário foi convidado o deputado Carlos Manuel Silva para ocupar o lugar, que aceitou, dando-se, de seguida início à sessão.

Foram apresentada duas credenciais: do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão e do senhor presidente da junta de freguesia Santiago de Besteiros, à luz das quais se fizeram representar por Firmino dos Santos Melo e João Paulo Ferreira, respetivamente, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados: Felisberto Figueiredo, Jorge Henriques Rodrigues, Catarina Ferreira, Sandra Coimbra, António Ferreira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

1.Período de antes da Ordem do Dia

1.1.Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 16 de novembro

Não havendo intervenções, foi colocada a ata de 16 de novembro de 2015 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Jorge Manuel Marques, Firmino Melo e João Paulo Ferreira por não terem estado presentes.



Cláudio Torres
Caros Deputados

1.2. Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foram presentes à assembleia: relatórios de atividades e financeiro do Município de Tondela. Proposta dos membros da assembleia de freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo sobre a tentativa de impedimento de deslocalização da farmácia de Tourigo para Campo de Besteiros. Agradecimento da Embaixada Francesa em Portugal do voto de pesar para com o povo francês. Ofício da Assembleia da República a acusar a receção do voto de pesar da assembleia municipal de Tondela para com o povo francês. Plano de atividades e orçamento para o ano económico de 2016 da CIM Viseu Dão Lafões. Relatório de atividades relativo ao ano de 2015 da CPCJ de Tondela. Jornais: “Voz das Misericórdias” e “Associação”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciou este ponto o Grupo Parlamentar do PSD, com a intervenção escrita do deputado Sérgio Rodrigues. (anexo 1)

A deputada Cristiana Ferreira continuou. (anexo 2)

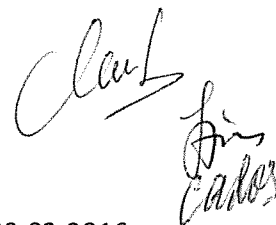
De seguida, a deputada Vera Machado interveio com a intervenção escrita (anexo 3) e apresentou uma moção intitulada “Beneficiação do IP3 – um desígnio nacional” (anexo 4)

O deputado Abílio Rodrigues continuou com o voto de congratulação a Cláudio Torres. (anexo 5)

Seguiu-se o Grupo Parlamentar do PS, com a intervenção da deputada Marta Marques, que se transcreve:

“Exmos. Membros da Mesa

Caros Deputados e restantes presentes



Nos últimos 6 anos as famílias portuguesas tiveram uma forte quebra nos seus rendimentos. Traduzindo em números reais, a quebra foi de cerca de 11%. Estamos a falar num rendimento de mil euros, num decréscimo de 110 euros no orçamento familiar.

A proposta de programa de Governo do PS que conta com o apoio técnico e político dos partidos de Esquerda contempla várias medidas que pretendem contrariar esta tendência, aumentando o rendimento disponível das famílias. O Governo compromete-se em repor um conjunto de medidas de proteção social, como rendimento social de inserção e no complemento solidário para idosos. Os apoios às famílias mais carenciadas serão reforçados em 135 milhões de euros, através do aumento dos subsídios e da reposição dos mínimos sociais nas prestações familiares. Confirma-se ainda a decisão do anterior governo de aumentar a licença parental obrigatória de dez para 15 dias úteis, pagos a 100%, o que significa que o pai passa a ficar três semanas em casa após o bebé nascer. 80% das famílias serão beneficiadas pela dedução de 550 € por criança, independentemente da sua condição social.

E para aqueles que acusam que este saldo não é real, se somarmos à redução de taxa do IRS, a diminuição das taxas moderadoras, o aumento dos vencimentos, o aumento das pensões e a reposição das prestações sociais contabilizamos um aumento efetivo de 1372 € do rendimento das famílias. Também teremos aumento de impostos, é certo. Em 2016 haverá um agravamento em 50% do imposto do selo sobre o crédito ao consumo, aumento do imposto sobre o tabaco, sobre os combustíveis, sobre os veículos. No entanto este aumento traduz-se em cerca de 600 milhões de euros o que resulta num saldo de global devolvido às famílias de 700 milhões de euros.

A própria agência de notação financeira Moody's deu também nota positiva à versão revista do Orçamento do Estado, considerando que a aprovação deste documento mostra "a capacidade e vontade do Governo em reverter o curso dos acontecimentos e apresentando um rumo fiscal realista".

Mas acima de tudo sente-se um forte sinal de mudança, de diálogo e concertação social. Não se avizinham tempos fáceis, os portugueses continuarão a fazer esforços. Mas pessoalmente e muito honestamente, sinto pela primeira vez o renascer da esperança. Acredito profundamente nos ideais de esquerda e partilho o enorme orgulho, de ao fim



de 40 anos de democracia assistir à aliança de uma esquerda forte que quer governar para vencer a austeridade e dar a Portugal e aos portugueses um futuro de confiança!”

O deputado Joaquim Santos continuou os trabalhos com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,

A passada semana foi histórica para o nosso país!

Os medos da ultraliberal direita consumaram-se – pela primeira vez na História da nossa Democracia, toda a esquerda parlamentar se uniu e aprovou o Orçamento de Estado para 2016.

Digam o que disserem - tanto os economistas encarteirados, como as pronúncias dos economistas presentes, a verdade é que este orçamento representa o virar de uma página que não deixa alguma saudade à esmagadora maioria dos portugueses.

Digam o que quiserem acerca dos juros da dívida pública, dos aumentos de impostos, da reposição dos salários da função pública, dos pareceres das agências de *rating* (que desiludiram os inimigos dos portugueses), da teoria da conspiração da esquerda radical e tantos outros desaforos, a verdade é que os portugueses vão, ao fim destes anos mais recentes, poder respirar de alívio e ter a esperança de um futuro melhor. Aliás, como já justificou, e muito bem, na sua intervenção, a minha camarada Marta Marques.

É necessário, acima de tudo, acautelar todos os ataques que os agiotas financeiros, desejados e aplaudidos pelos inimigos do povo português, tentarão contra a nossa economia, usando, como têm vindo a mostrar, todos os truques e artimanhas para lançar receios sobre este povo, já esmagado de tanto sacrifício, acusado de viver acima das suas possibilidades. Afinal, quem viveu, e quer continuar a viver acima das suas possibilidades



*Cláudio
dos
Cados*

são, precisamente, aqueles que insistem em enviesar os factos e desvirtuar a legitimidade deste governo.

Compreendemos porquê – se esta fórmula resultar, e acreditamos que resulte, tanto os seguidores, como os autores da gula “além-troikista”, serão desmascarados, vítimas da própria ganância e o povo os sentenciará!

São os mesmos que arbitram, entre bons e maus, os impostos indiretos, conforme a autoria do governo que os aplica. E que até lhes disfarçaram convenientemente o nome, desvirtuando-os de impostos “verdes”, como aconteceu no caso da falhada taxa dos sacos de plástico e dos combustíveis. Os portugueses não têm a memória curta.

Mas a Democracia tem destas coisas – é tolerante. Concede-nos o direito à diferença e dá-nos essa liberdade....

Bem, e já que falamos em Liberdade...

Solidário com os seus autarcas, o Partido Socialista não pode deixar passar em claro os natalícios acontecimentos na sessão do dia 29 de dezembro, da assembleia de freguesia de Molelos.

Não nos move qualquer hostilidade contra o executivo daquela autarquia, supondo ser constituído por pessoas livres e que, nas próprias palavras do seu presidente, “quem não deve, não teme” !

Não nos move qualquer intencionada intromissão neste ou em qualquer outro órgão das autarquias do nosso concelho – move-nos, contudo, a indignação!

Condenamos a falta de humildade política, porque não queremos ir mais longe, daqueles que não sabem o lugar que ocupam, julgando-se com todos direitos, olvidando todos os deveres, enquanto se sobrelevam em pedestais acima de qualquer suspeita! Quem se propõe a um cargo público, sufragado pelo voto popular, está sujeito ao escrutínio dos cidadãos, quer dos seus atos, quer das suas palavras, ou quer das suas decisões! São os chamados *ossos do ofício*, ou como dizem os ditados, “*quem não quer, não se mete nelas*”, ou, “*quem tem medo compra um cão*” !



Admitamos que, nesta nossa assembleia, que é pública, algum assistente clica no telemóvel, grava ou tira uma foto! Ou mesmo que tira do bolso a sua câmara fotográfica e a expõe virada para os membros desta assembleia! Acredito que veríamos muitos a “comporem-se” para ficarem bem no boneco, mas não nos passa pela mente que alguém o ousasse interpelar o seu autor.

Perguntamos nós:

Algun dos presentes, enquanto autarca, se sublevaria de razão?

De entre os presentes, alguém tem coragem de dizer: “Eu não quero e não permito que aquilo que digo saia lá para fora!”?

Quem, de entre os presentes, consente que julguem de si uma espécie de “tijolo” usado numa das paredes desta sala?

Quem tem coragem de julgar a divulgação de uma imagem que registe o uso da palavra, uma pronúncia de voto, uma soneca que seja, ou momentos da sua participação da vida autárquica?

Quem se atreve a recusar a exposição das suas decisões, enquanto servidor da coisa pública?

Quem assume correr desta sala algum representante da comunicação social, porque se atreveu a recolher som ou imagens dos trabalhos desta sessão ou porque ousou narrar a sua visão dos acontecimentos?

Pois bem, se alguém tiver coragem, que o faça, mas que tenha a dignidade de entregar, ao senhor presidente desta assembleia, a sua carta de despedida!

Em Democracia, quando se faz uma opção pessoal de servir, aos direitos sobrepõem-se os deveres. É para isso que fomos eleitos. Servir e não ser servido!

Nós, socialistas, declaramos:



Usem-se e divulguem-se as nossas posições que tomamos em Liberdade e em consciência, mesmo que elas desagradem a quem não concorda connosco. Estamos aqui para lutar por aquilo em que acreditamos.

O nosso agradecimento aos órgãos de comunicação social - que divulguem as nossas propostas, as nossas intervenções, as nossas tomadas de posição, as nossas imagens, as nossas palavras, enfim, a nossa postura!

Enquanto autarcas, no desempenho das nossas funções e ao serviço da comunidade, só não aceitamos a forma cobarde, as falácias dos delatores de rostos escondidos!

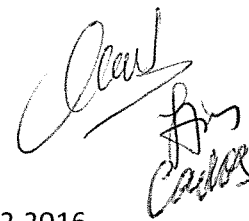
Desta vez, fazemos nossas estas palavras:

“Quem não deve, não teme” ! “

De seguida, fez algumas considerações sobre as intervenções anteriores:

“Queria dizer ao senhor deputado Sérgio Rodrigues que ninguém tira o mérito ao Centro Hospital de Tondela Viseu e concretamente ao Hospital Cândido de Figueiredo. Mas quero recordá-lo, como foi dito algumas vezes por nós, que as obras que foram feitas neste hospital pelo anterior governo do PS, tinham precisamente essa missão. Um ambulatório com qualidade e prestígio. Se vão ser feitos investimentos, ainda bem. Esta administração que aproveite enquanto lá está, para fazer alguma coisa agora de melhor do que não fez até ao momento. Quanto às reivindicações, fomos os primeiros e continuaremos a reivindicá-las, como é o caso de que tornamos público aqui sobre a radioterapia. Gostava que os senhores também se pronunciassem sobre isso e espero que não seja o contrário do que aquilo defenderam na altura.

Quanto à senhora deputada Cristiana, obviamente tem todo o direito de dizer que este orçamento é mau e que o PS fez um casamento de conveniência. Posso dizer-lhe que a PAF fez um negócio à francesa, já que vamos para questões dessa natureza. Dizem que este executivo dá com uma mão e tira com outra. O vosso executivo tirava com ambas as mãos e não dava nada a ninguém. Essa é uma grande diferença.



Quanto à Vera, o Partido Socialista sempre defendeu a requalificação do IP3 sem ser portajado, porque não serve os interesses da nossa região, nem para quem se desloca para Coimbra, nem para quem se desloca de Coimbra para cá. Sempre defendi que haveria de haver uma requalificação e não portajada. Se for transformada em perfil de autoestrada nunca deve ser portajada. Se querem uma autoestrada, que requalifiquem na mesma o IP3, que não sejam usados troços como foi feito no A25. Contem connosco para isso, é essa a nossa posição. Não mudamos de opinião nestas coisas. Se só agora o PSD se lembrou disso, andaram muito distraídos.

Congratulo-me com a moção apresentada pelo senhor Abílio Rodrigues. Além do prestígio internacional que tem, é nosso conterrâneo de esquerda. Votaremos a favor do voto de congratulação a Cláudio Torres.”

Foi a vez de seguida, da intervenção do Grupo Parlamentar do CDS, com o deputado António Dinis:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, restante mesa, membros da assembleia, comunicação social, público, senhoras e senhores.

Analisei a ata de novembro e qual foi o meu espanto, o único partido que fez referência à eleição do cabeça de lista por Viseu, Dr. António Leitão Amaro, foi feito pelo CDS /PP. Foi o único partido que assinalou esse facto e falou na pessoa em si do deputado, que tem feito um magnífico trabalho, tanto mais que a notoriedade que tem tido é notaria e sintomática daquilo que é a sua qualidade.

Queria de seguida fazer algumas reflexões. Em primeiro lugar, tem a ver com as infraestruturas. Estou preocupado com aquilo que veio a público relativamente se vai ou não haver requalificação do IP3. Se o anterior cenário já não era o melhor para o nosso concelho, porque não passaria nenhuma autoestrada, nem nenhuma requalificação pelo concelho. Agora, a situação está mais complicada. Preocupa-me, porque não sei o que vai acontecer. Em relação à ferrovia, parece que é o que a Coligação havia apresentado vai ser executado, aqui as coisas estão mais ou menos claras. Enquanto a requalificação do IP3 estou muito preocupado. Deste modo, iremos votar favoravelmente a moção apresentada pelo PSD.



Uma segunda preocupação tem a ver com a questão da saúde. A questão da radioterapia é muito importante, o que veio a público deve-nos preocupar a todos. Se a intenção é colocar a radioterapia na Beira Interior, não se sabendo ao certo se é em Castelo Branco, na Guarda ou se fica na Covilhã, que tem universidade. Mas se não vier para Viseu face a todos os critérios, em particular as questões demográficas e de acessibilidade, deve-nos preocupar, por se estar a pôr em causa o eventual investimento da colocação da radioterapia no nosso distrito. Acho que é prioritário. Infelizmente, são cada vez mais as pessoas que necessitam desses cuidados e é significativo o tempo de demora para quem precise e esteja no distrito de Viseu. Ainda sobre a área de saúde, não sei qual são as diligências que a câmara poderá fazer, mas analisado as USF para o concelho, que serão três, estão todas relativamente próximas do centro de Tondela. Acho que a zona serrana fica um pouco desguarnecida. Deixo aqui o desafio, senhor presidente, para ver o que é possível fazer. Termos três USF num raio de seis quilómetros e a zona serrana muito desguarnecida. Sei que a extensão de saúde de Lajeosa tem hoje em dia médico que garante esses cuidados, mas no contexto do concelho deve-nos preocupar.

O terceiro ponto, tem a ver com as nomeações para alguns lugares que envolvem o nosso concelho. Fiquei desagrado por saber que para a direção do Centro de Emprego Dão Lafões vem uma pessoa de Viseu. Tondela tem tido, não apenas com o PSD o Dr. João Carlos Figueiredo como diretor e com o PS o Eng.º Carlos Gomes, que fizeram um excelente trabalho. Atualmente está uma independente. De qualquer forma, não está em causa a sua competência. Agora não conseguir que no concelho se encontre alguém ligada ao centro de emprego que fosse diretor e tivesse de “importar” alguém de Viseu, não gostei. Queria aqui publicamente demonstrar esse nosso descontentamento.

O CDS/PP irá votar favoravelmente o voto de congratulação ao Dr. Cláudio Torres, não por ser de direita mas por ser uma pessoa do nosso concelho que merece o nosso reconhecimento público. “

Foi a vez do Grupo Parlamentar da CDU, com o deputado Manuel Veiga, que iniciou a sua intervenção escrita, (anexo 6). De seguida, continuou:



“Aproveito para fazer algumas considerações. Fiquei com uma dúvida acerca dos quinhentos utentes atendidos no serviço de urgência Cândido de Figueiredo? Não é no Cândido de Figueiredo, estamos a falar nas quatro urgências do Centro Hospitalar. O atendimento de muita gente, não é que seja um bom indicador, antes pelo contrário, é indicador que os cuidados de saúde primários não estão a dar resposta cabal e suficiente. Em relação à resposta que tem dado o Hospital em Tondela, não esquecer de que houve o compromisso de alargar não só o número de consultas como as especialidades, o que não se tem verificado. Em relação à cirurgia de ambulatório algumas especialidades cirúrgicas deixaram de ser realizadas cá, centralizou-se foi a cirurgia de ortopedia. Desde sempre o Hospital de Tondela esteve na vanguarda nessas cirurgias, não é um dado novo.

Em relação à parte da universidade, achei curioso, porque se bem me lembro o PCP sempre defendeu a universidade pública em Viseu, sempre foi uma das suas bandeiras. Desde que se resolva, para mim era uma situação positiva, mas é interessante que em anteriores orçamentos tentou inscrever, mesmo não votando favoravelmente o orçamento tentou apresentar propostas e uma das propostas era a formação da universidade pública. Em relação à radioterapia, sempre defendemos a radioterapia pública num hospital público. Já se levantou nesta assembleia a possibilidade de ser em locais privados.

Quanto à requalificação do IP3 não portajado sempre tentemos nesse sentido”.

O deputado José António Dias interveio:

“Muito boa tarde a todos.

Tomei algumas notas relativamente à intervenção que tem a ver com o que se passou na assembleia de freguesia de Molelos. Só quem esteve presente e que está a par dos factos é que pode fazer um juízo com mais sentido da verdade, porque quem não esteve presente e só ouviu uma opinião não basta. Um juiz qualquer tem de ouvir sempre as duas partes. Se houve atropelo à democracia ou se não há democracia em Molelos, não estou a defender ninguém em particular, apenas estou a defender conceito da democracia e da verdade. Se houve atropelo foi de alguém que não teve bom senso, que não quis respeitar a lei, nem os direitos, nem os deveres que tem. Estou convencido que nesta



assembleia, ninguém se importará que seja filmada, emitida em direto sem manipulações. Mas se essa informação posteriormente vier a ser manipulada, provavelmente ninguém concordará. Vejamos, a pessoa em causa, umas vezes refere que queria gravar para publicar ou fazer notícias no boletim de informação/jornal, outras vezes é porque as atas não correspondiam à verdade, uma falácia. As atas podem ser vistas e foram aprovadas por unanimidade exceto uma, porque não concordou com uma das partes mesmo depois de ouvir a gravação. Quem tomou posições de falta de democracia, não foram os membros da assembleia que não concordaram que ele filmasse, foi da parte de uma única pessoa que posteriormente num órgão de comunicação social escrita disse “naquela assembleia ninguém sabia, só eu é que sabia que podia filmar”. Ora na ata da reunião de 21 de dezembro que foi aprovada por unanimidade, foi-lhe perguntado se tinha algum documento que dissesse se podia filmar, para esclarecer a assembleia. Não o quis fazer, e disse: “o problema é vosso”. Onde é que está aqui a democracia? Vejo é prepotência. Não se pode vir para a comunicação social só apelar aos seus direitos, referindo-se aos direitos da Constituição da República, para pode gravar. A Constituição da República também tem deveres. Não vi em lado nenhum esse senhor a escrever ou a falar sobre os deveres, só fala nos direitos. Tal como o Estatuto do Direito Local tem os direitos e deveres, aliás como qualquer outra lei. Outro exemplo, a lei de acesso e proteção de dados também tem direitos e deveres. Agora falar só em direitos. Eu penso que todos nós devemos que ter em consideração primeiro os deveres e depois os direitos, claro que cada um terá a sua ordem. Prepotência, nunca a tivemos, porque a nossa proposta foi sempre de aguardar que viesse um esclarecimento. Nunca ninguém se opôs ou disse que não podia filmar ou gravar, perante as dúvidas apenas aguardávamos um parecer.

Gostava de referir que a solidariedade é muito importante, tal como a amizade. Quando somos amigos, também é importante saber dizer às pessoas amigas quando estão erradas. Muito obrigado.”

A Vera Machado tomou da palavra:

“Só para agradecer ao enfermeiro Veiga a referencia às mulheres. O PSD votará a favor desta moção.”



De seguida, interveio o deputado Joaquim Santos:

“Só queria aqui dizer ao senhor presidente da junta de Molelos, pessoa que muito estimo, a si não fiz nenhuma reprimenda, pelo contrário, até disse que o senhor disse que nada devia e que podiam filmar à vontade. Mas o senhor disse que a informação ia ser manipulada. Ninguém pode fazer de juízo daquilo que vai acontecer. Se a informação fosse manipulada, os senhores só tinham que agir à posteriori contra o infrator. Eu não estive na assembleia, mas sei o que lá se passou, até ouvi a gravação em Tribunal. Como testemunha foi considerado pelo senhor juiz como membro da assembleia de freguesia de Molelos e contei tudo o que lá se passou. Está no acórdão final, documento que tenho na minha mão. Fui ouvido com mais duas testemunhas de Molelos, o Júlio e a Elisabete, fomos ouvidos como membros da assembleia de freguesia de Molelos e contamos tudo o que lá se passou.”

O deputado António Dinis voltou ao debate:

“Relativamente à moção sobre o IP3, o CDS/PP associa-se, tanto mais que há um conjunto de pressupostos que sempre defendemos, não apenas nesta assembleia municipal, mas também nos órgãos onde estamos representados, nomeadamente na Comunidade Intermunicipal. Estamos solidários. A única coisa que nos deixa apreensivos é que a requalificação dá para tudo, basta corrigir uma curva e está feita a requalificação. Espero que o governo leve a sério dotar o nosso território de uma infraestrutura que ligue em condições de segurança as duas cidades desta região, Viseu e Coimbra. Acho que devemos ser exigentes em relação aquilo que foi sempre a nossa pretensão. “

O deputado Manuel Veiga interveio:

“Não tem que agradecer, tem sido a nossa prática celebrar o 8 de março e relembrá-lo.

Em relação ao perfil ou não de autoestrada. Sempre defendemos o alargamento e uma requalificação em total e não portajada.”

O presidente da assembleia, de seguida, colocou à votação o voto de louvor à administração, pessoal médico, de enfermagem e de apoio do Centro Hospital Tondela



Viseu. Tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marta Franco, Jorge Manuel Marques e António Sérgio Almeida e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

Seguidamente, foi colocado à votação a moção sobre o IP3, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

Continuaram os trabalhos, com a votação do voto de louvor ao Dr. Cláudio Torres, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O presidente da mesa, de seguida colocou à votação o voto de saudação relativamente ao Dia da Mulher, que foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António



Almeida
João Carlos
Figueiredo

Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2. Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra, pelo presidente da mesa, ao senhor presidente da câmara:

“Senhor presidente da assembleia, restantes membros da mesa, senhores deputados da assembleia, representantes da comunicação social, público, minhas senhoras, meus senhores.

Relativamente ao voto acabado de fazer e apresentado pelo senhor Abílio, registo que a avaliação e mérito das pessoas não tem cor política. Portanto, se alguns votam dizendo que é de esquerda, ainda bem que outras não sendo de esquerda propõe a votação pelo mérito das pessoas.

Dizia a Marta que nos últimos seis anos houve um decréscimo de rendimentos de 11%. Eu que gosto da proporcionalidade direta, não a consigo fazer. É no pós 2009, que a pergunta tem de ser feita: quem congelou as pensões? Nomeadamente as mínimas. Quem promoveu os cortes na função pública? Quem aprovou o PEC 4? É por isso que a dita solidariedade de esquerda que veio governar para esquecer a austeridade tinha que ter existido em 2009 e em 2011, porque se então tivesse existido esse caminho provavelmente não teríamos tido necessidade de ter vivido o terceiro resgate, o terceiro período negro da nossa história económica. Folgo em saber que há uma agenda para não acabar com a austeridade, porque o mundo real explica que ela não tem cor, mas digo



Carlos
Carlos

essa solidariedade deveria ter existido para salvar Portugal de um resgate, tendo convergido na aprovação do PEC 4.

Como cidadão, não posso ser indiferente não ao que se passa numa ou noutra assembleia de freguesia, mas quando sinto que há questões de princípio, de deontologia, de ética política que não pode estar vergada em qualquer momento. Esta apreciação deve ser feita abstraindo-nos das pessoas. Qualquer membro de uma assembleia de freguesia ou municipal, se a assembleia no seu regulamento não prevê que seja um fundo documental da própria assembleia a recolha de imagem em áudio ou em vídeo, tais feitas por membros da assembleia não são legítimas. Já o estatuto da imprensa local considera que qualquer cidadão no exercício dessa função profissional, isto é à luz do estatuto ou no exercício do direito de correspondente que seja, desde que devidamente credenciado, tem esse direito. A transparência faz-se aqui com a publicidade e com o ato público que estas assembleias representam. Julgo que quarenta anos depois de a democracia estar instalada em Portugal temos instrumentos da valorização dos órgãos onde estamos presentes. O principal ataque que se faz à atividade política é quando não valorizamos os órgãos onde estamos representados ou onde representamos aqueles que nos elegeram. Defender esses órgãos é exercer os nossos direitos, mas em primeiro lugar é ter sempre presente a moldura dos nossos deveres. Não estou a pronunciar-me por nenhum caso específico e julgo que é tempo de serenidade. Em democracia, as alternativas fazem-se pelas opções que cada um de nós faz. Não se pode estar permanentemente a viver em clima de tensão, que não são por causas de discussão de opções estratégicas de desenvolvimento local, mas são eventualmente por motivações que estão fora dos interesses das nossas comunidades.

Sobre a ferrovia e as rodovias, o que mais me preocupa é saber se uma solução existe ou não. Em fevereiro de 2014, o presidente do município de Tondela deixou bem claro, num ato público dirigido à comunicação social a situação que se vivia com o IP3. A nova ligação em autoestrada havia sido projetada em 2005 e em 2007 o governo de então anulou esse projeto. Em 2008, houve um compromisso com uma nova adjudicação e foi colocado uma placa à câmara de Mortágua a anunciar o arranque da obra. Chegamos a 2012, passamos a ter o primeiro estudo estratégico que iria para além da esfera da



Caral
João
Caral

legislatura do então governo. Neste estudo, no caso da rodovia havia uma clareza absoluta, as duas principais obras seriam o Túnel do Marão e da ligação rodoviária de Tondela a Sul. Nestas apreciações já era sabido que Bruxelas no acordo de parceria de 14/20, tinha riscado qualquer possibilidade de haver financiamento comunitário, pelos exageros de um passado, para rodovias. Isto levou a que no verão passado, tenha sido considerado o trajeto “Vias dos Duques”, trajeto que correspondia à nossa definição e visão. Sempre dissemos que a primeira prioridade era a requalificação do IP3, mas se essa requalificação for feita com a introdução de portagens transformando em perfil de autoestrada e sem alternativa, então defendíamos que fosse feita uma autoestrada nova e que a requalificação do IP3 deveria ser feita á medida das possibilidades do país. Ora, chegados ao verão passado o que era conhecido era uma solução que resultava na transformação do IC12 (Canas de Senhorim a Santa comba Dão) em perfil de autoestrada, que já o é, portajado, concluir os doze quilómetros de Canas de Senhorim a Mangualde portajado. Os cerca de doze quilómetros do Rojão à ponte que separa os concelhos de Santa Comba Dão com Mortágua, teriam um sistema de semi portagem e a partir daí ligação Ceira /Coimbra seria portajado com alternativa IP3 sem portagem. Era este modelo que estava em cima da mesa. O governo de então e o presidente das Infraestruturas de Portugal diziam que existiam entidades privadas disponíveis para fazer o estudo, projeto, execução e exploração. No Conselho Regional do Centro que se realizou em fevereiro em Castelo Branco, acordou-se sobre a ferrovia, e no fim do senhor Ministro das Infraestruturas ter saído, o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas diz algo que ninguém consegue perceber, que era necessário aprofundar estudos e de encontrar convergências políticas pelo que é necessário o envolvimento e diálogo com autarcas e que o financiamento não está garantido para este tipo de obra. Por esta razão, o presidente da câmara de Tondela, não podendo ficar indiferente, solicitou no dia seguinte ao senhor secretário de estado uma audiência para discutir esse assunto. Se o Estado Português entende que é um problema prioritário, se entende que não quer ter investimento exclusivamente privado sem financiamento público. Neste caso, deve recorrer a financiamento público, pedir a Bruxelas a abertura da renegociação do “Portugal 2020” e se o financiamento for público poderia beneficiar em perfil de autoestrada o atual IP3 sem portagem. Desta forma, estamos disponíveis para convergir



Caral
Ades

e negociar um pacto de desenvolvimento para a região. Não quero quer que com esta deslocação temporal passem mais cinco anos sem que esta obra esteja feita. Podem discordar com a solução que existia por ser de natureza privada, mas existia uma alternativa, agora ficar como está e adiar uma operação estratégica, julgo que não é solução.

Com Mangualde somos o concelho mais exportador da região. Temos um fluxo de mobilidade que está muito vocacionado a sul. Por estas razões julgo que não pode haver nenhuma hesitação. É incompreensível. Esta incompreensão foi de autarcas do PSD e do PS, por ninguém perceber o que levou a uma mudança de estratégia. Tenho tido de forma objetiva, quer com o anterior governo, quer nas negociações que foram então necessárias executar, quer na intervenção na Comunidade Intermunicipal, absoluta clareza na defesa dos interesses da nossa região e em particular do concelho de Tondela”.

De seguida, o senhor presidente passou a intervenção escrita, (anexos 7 e 8) e de seguida passou à visualização em imagem, com explicação das atividades da câmara desenvolvidas no período que decorreu entre a assembleia municipal de novembro de 2015 e a de fevereiro de 2016.

O deputado Joaquim Santos interveio, seguidamente:

“Quero iniciar com uma observação a pedido da Marta, quando fala na sua intervenção que nos últimos seis anos houve um decréscimo do rendimento das famílias de 11%, os seis anos iniciaram-se em 2009.

O senhor disse: “que a austeridade não tem cor”. Não tem, nem nunca teve. Não me diga que a austeridade só começou a ter cor a partir de agora?

A propósito do caso de Molelos, permita-me fazer o seguinte esclarecimento, nas assembleia de freguesia tal como na assembleia municipal houve necessidade de haver uma deliberação da própria assembleia para a mesa poder gravações para auxilio da ata. A Lei 75/2013 não confere aos órgãos autárquicos nenhuma competência de fazer gravações, por isso tem de ser deliberado para gravar para a mesa gravar para auxilio das atas. Isso não implica que outras entidades o possam fazer. Se há dúvidas? Também as posso ter. A dúvida que possa existir não pode ser a certeza de outros. O caso que foi



parar a tribunal, não foi por ter gravado a sessão. O que acho estranho, senão o Luís Figueiredo teria ido a Tribunal por ter gravado uma sessão que era pública. Isso é que eu gostava de ver. A situação andou a volta de outra coisa qualquer que não o fundamental. Essa é a minha opinião e não quero aqui discutir questões de direito. Quanto a essa dúvida, obviamente irá ser desfeita e depois veremos quais serão as consequências e resultados disso. Não sou advogado dele, mas certamente que a motivação do Luís não está fora daquilo que ele entende ser o desenvolvimento e o amor pela sua terra, porque quando estão em causa suspeitas sobre, por exemplo, ilicitudes numa PPP na sua freguesia, também coloco algumas reservas não só nessa como noutras, como veremos mais à frente.

Falou, aqui, na questão do IP3. A posição do PS sempre foi a mesma. Defendo que se tiver de fazer uma via rápida sobre o IP3, que ela nunca poderá ser portajada. Contem connosco para essa luta seja qual for o governo que a decida ou a faça.

Falou que entre várias reuniões, teve uma com as Águas do Planalto. Na última assembleia, disse que seria parte da solução. Gostaria de saber se aproveitou para fazer alguma intercedência sobre o assunto de que é conhecido das Águas do Planalto?

Quando referenciou as várias visitas às freguesias, gostaria de fazer um reparo que também estive na União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas, embora curta, bem como no jantar de natal que se fez representar pelo senhor vereador Pedro Adão.

Falou, igualmente, nas obras da Escola Secundária de Tondela, onde vai gastar 1,5 milhões de euros, não podendo deixar, como lhe é costume, de dizer que outras fizeram e que gastaram 17 milhões de euros. Não sei onde foram gastos 17 milhões de euros. Mas também lhe digo que gastar 17 milhões de euros na educação comparado com o gasto de 3,3 milhões de euros gastos num campo de futebol. Comparando as duas situações, não é nada.

Questionou-me sobre o que disse acerca dos administradores do Centro Hospital Tondela Viseu. Como sabe o mandato da atual administração tem um prazo, não é vitalício. Se é um cargo de nomeação política, se é um cargo de nomeação pela CRESAP, quando eu próprio duvido e tenho direito disso em relação às nomeações da CRESAP,



feitas pelo seu governo à pressa antes de se ir embora. São critérios que alguém tem de definir. Não me compete. O que é certo é como disse, enquanto lá estão e como deve saber faltam alguns meses para que termine o mandato da atual administração.

O Dinis falou e o senhor também referenciou, sobre Centro de Emprego de Tondela. Os senhores já deveriam ter percebido que estou aqui no Partido Socialista, mas não sou um “tijolo”. Tomei uma posição pública, estou aqui não para defender o meu partido, mas para defender a minha terra e o interesse das suas gentes. Tomei uma posição pública acerca da nomeação para o Centro de Emprego de Tondela, é um problema interno do Partido Socialista, mas não me incomoda de o partilhar convosco, não faço fretes e com certeza que é isso que me distingue de muita gente que está nesta sala. Não concordo com a nomeação que foi feita, muito menos vindo fora do IFP e os que leram o que disse, defendi que fosse uma pessoa competente independentemente de ser ou não do Partido Socialista. Veio uma pessoa para o IEFP que nem sequer é da zona dos concelhos abrangidos pelo Centro de Emprego Dão Lafões, vem de Viseu. Dinis deixa fazer aqui um reparo, disseste e muito bem que querias uma pessoa competente e que deveria ser de Tondela e até nomeaste um nome, mas só te lembraste disso agora, porque nos últimos tempos quem cá esteve não era uma pessoa de Tondela era de São Pedro do Sul.

Quanto ao que o senhor Secretário de Estado da Saúde disse em Viseu, vamos ver o que o futuro nos espera e pode querer senhor presidente, como já disse há pouco se for necessário travar lutas contra este ou outro governo para que os serviços de oncologia e de radioterapia venha para Viseu, nós cá estaremos para estar ao seu lado e para tomar posições públicas se for caso disso.

O senhor disse que não aceita que o governo aumentou o rendimento disponível das famílias. Pois, não aumentou, isso é o senhor que o diz e respeito o que diz. O que é certo, como mostrei no mapa das receitas do Estado, a cor-de-rosa está assinalado 25,2 milhões de euros que estão neste orçamento de estado e no documento enviado para Bruxelas do seu partido estão 25,6 milhões de euros. A fiscalidade só não é menor, porque a Comissão Europeia assim o exigiu. Este orçamento não é o orçamento original. Houve cedências de parte do governo e da Comissão Europeia. Mas este governo não se submeteu. Negociou. Depois do gigantesco aumento, palavras do então ministro das



finanças de 2013, em 2016 temos efetivamente um alívio da carga fiscal e isso traduziu-se numa diminuição ou anulação até final do ano da sobretaxa de IRS para os menores rendimentos, a reposição dos mínimos sociais para os RSI e abono de família, o descongelamento das pensões e reposição do complemento de reforma que fora retirado, acaba com os cortes salariais na função pública e desce o IVA da restauração. Obviamente que não faria sentido beber um uísque no restaurante e pagar o IVA a 13% e ir ao supermercado e pagar a garrafa com IVA a 23%.

Aquilo que o PSD diz agora foi precisamente o que desconheceu durante os últimos quatro anos. Muito obrigado”

O deputado António Dinis continuou:

“Responder ao Quim, efetivamente tens razão, não era do concelho, mas era da região Dão Lafões. Agora foi pior, foram buscá-lo fora e não tem nenhuma ligação ao IFP. Os dois casos que referi foi por serem de referência partidária.

Queria referir um conjunto de considerações. Primeiro um elogio ao projeto “Tondela +10”. Estive na sessão pública de apresentação dos projetos. Gostei do que vi, embora tenha algumas dúvidas em relação à sustentabilidade de alguns projetos. Acho que alguns estão num processo de amadurecimento e de aprendizagem. Gostei de ver a iniciativa de alguns jovens empreendedores que foram desafiados para criar projetos no nosso território.

Não vi nenhuma fotografia das obras do estádio. Gostaria de saber qual o ponto da situação. Gostaria que fosse enviado aos grupos parlamentares, em particular ao do CDS, a cópia dos dois acórdãos do chumbo do empréstimo e da empreitada pelo Tribunal de Contas, por serem documentos importantes a esta assembleia.

Em relação ao turismo. Na última assembleia houve referência ao plano estratégico para as termas e o que era importante considerar e o senhor presidente teve um lapso, certamente, ou então disse uma inverdade. Eu disse que em 2009, houve projetos que tinham sido submetidos e aprovados e o senhor presidente disse depois que eu tinha esse pelouro, está escrito e essa competência. Ora bem, nunca tive essa competência. Em 2009 era o vereador Pedro Adão.



O senhor presidente a dada altura, sobre a questão das águas, disse desde 2009 deveria ter havido um regulamento de serviços. Pergunto quem era o responsável do executivo, em 2009, deste pelouro? O senhor presidente disse que o CDS deveria pedir desculpa aos tondelenses, porque feito o enquadramento a culpa era nossa por ter sido retirado o ponto da aprovação do regulamento de serviços, que pelos vistos deveria ter existido desde 2009, cujo responsável por esse pelouro era o senhor presidente.

Quanto ao Tondela Inclusiva. Espero que seja um projeto importante para aquilo que é a dinamização dos centros de animação local, porque sem dúvida alguma foram investimentos naquilo que são as dimensões sociais e de acompanhamento das populações mais idosas, dar uma capacidade de animação e de intervenção do ponto de vista social nesta faixa etária que necessita de acompanhamento.

Sobre a questão da saúde, a questão que coloquei sobre as unidades de saúde familiares. Deixei o repto do município tentar negociar, porque está muito confinado a uma proximidade territorial ao centro da cidade e uma grande parte do nosso território não fica coberta. Tentar desafiar os nossos governantes desta área, para dar uma resposta às populações em particular às serranas.”

O deputado Arménio Leite Marques tomou da palavra:

“Verifiquei que o senhor presidente da câmara está muito molestado com reunião que se realizou em Castelo Branco. Não se preocupe, porque durante o seu mandato não vai dar andar de comboio. Quanto ao IP3, acho que há uma grande confusão, com duas faixas portajada ou não. O IP3 nunca será portajado, porque será sempre uma via alternativa.

Senhor presidente, queria lembrar que em 1990 ficou uma recomendação feita na câmara municipal e aos seus técnicos que quando se intervencionasse a Av. Dr. Marques da Costa, os emissários de saneamento teria de ser triplicado, visto estarem projetados cento e cinquenta e dois apartamentos num curto espaço de tempo que passariam a descarregar para o coletor. Se nada for feito vai haver prejuízos. O que atualmente está a ser feito de nada resolve, visto serem pequenos arranjos. O que tem de fazer é levantar o emissor e duplicam-no ou desviam-no para Molelos a partir do prédio dos armazéns



Pomar. Atualmente, os tubos estão cheios de calcário. Também não é efetuado uma verificação acautelada da saída de águas pluviais das habitações que estão ligadas ao esgoto, verificando-se retornos para as casas quando chove muito. Senhor presidente alerta para esta situação, porque no próximo ano vai voltar a haver prejuízos e as pessoas irão pedir responsabilidades.”

O deputado Manuel Veiga continuou:

“Boa tarde.

Em relação às USF, falou na USF de Tondela e Campo de Besteiros. Gostava de saber se por parte dos profissionais há interesse em formá-las e se há algum projeto em andamento.

Em relação a nunca irmos pagar portagens no IP3, é a mesma coisa que aconteceu no IP5, entre outras IP que se transformaram em vias rápidas e que foram de seguida portajadas, achando bem por ser o utilizador /pagador, como defendem algumas pessoas. Não é esse o interesse. O interesse público deve-se sobrepor. Em algumas zonas faz algum sentido algumas autoestradas serem portajadas, enquanto outras não, por haver dificuldade de escoar os produtos da região e pelas dificuldades inerentes à interioridade. Por exemplo na A25, não existe alternativa, principalmente para os camiões.

Em relação à escola, ainda bem que a câmara decidiu fazer algumas melhorias, não havendo necessidade de haver outro tipo de formulação para que a câmara possa ter algum envolvimento.”

De seguida, o presidente da câmara interveio:

“A austeridade não tem cor. Tomei isso como uma confissão, o que é um bom princípio, por ser o reconhecimento da realidade da existência da terra.

Sei que os seis anos foram a começar em 2009. É aí que está a essência do problema. Como aí estaria a solução para não termos chegado aquilo que tivemos de passar. A questão fundamental é dizer se há um aumento disponível no rendimento das famílias? Neste momento estamos com sessenta dias do ano de 2016, provavelmente em abril e em junho poderemos conversar, quando conhecermos as versões das revisões



orçamentais, porque quando chegarmos a abril o atual governo terá de apresentar a Bruxelas o pacto de estabilidade em relação a 2017. O orçamento que ficou aprovado é um orçamento condicionado. “Não ajoelhou?”. Qual é o grau de evolução que tivemos neste orçamento para ser aprovado? A Moody’s vem dizer que comparativamente aquilo que era o esboço do orçamento inicial, esta é uma evolução positiva. Sou o primeiro a desejar que todos nós possamos melhorar os nossos rendimentos. O que duvido é que a melhoria de recuperação de rendimentos de alguém que vive à conta de empresas públicas, dos direitos ditos adquiridos como se eles fossem universais à conta dos nossos combustíveis. O que acho fantástico, reconhecer que tenhamos um direito, a que a família volta a andar gratuitamente no metro e na carris e eu que não tenho alternativa tenha de pagar o combustível, os custos dessas decisões, é uma questão negativamente ideológica.

A reunião com as Águas do Planalto foi para abordar um assunto decorrente da ampliação das zonas industriais. Em todo o caso, reafirmo quem é responsável pelo regulamento de serviços é a entidade concessionária, não é o município. O que neste momento está pedido, há mais de seis meses, à ERSAR é que se pronuncie acerca do regulamento. Coisa que ainda não fez. Tomo em boa nota, as recomendações que o senhor deputado publicitou acerca da interpretação do Tribunal de Contas de que a ERSAR não teve a diligência necessária para acompanhar a defesa dos municípios. O que é feito da ERSAR? Se a ERSAR é uma entidade reguladora, se tem como missão intervir neste processo. Se tem há meses nas suas mãos um documento ao qual tem de se pronunciar, o que está à espera? Já fiz despoletar a necessidade de uma reunião para que isto seja clarificado. Na visita do senhor Secretário do Ambiente, na passada quinta-feira, tive o cuidado de lhe dizer a preocupação que isto tem. É altura das entidades reguladoras funcionarem.

Onde se gastaram milhões? A Escola de Viseu Alves Martins custou dezassete milhões. Se o relvado Vale da Pata custa 900 mil euros e na operação financeira chega aos 3,3 milhões, então comparativamente nos 17 das Alves Martins tem de multiplicar pelo mesmo coeficiente.

Não me sinto incomodado por nada que se passa dentro do Partido Socialista. Respeito a separação de poderes entre os partidos. Não me incomoda que o PS escolha



um militante que resida em Viseu ou em Lisboa. Temos de avaliar o governo pelas suas políticas. Os partidos não são instrumentos do governo. Os governos governam e os partidos definem políticas ao serviço daquilo que é a sua visão para o território. Se as pessoas são mais ou menos competentes é uma responsabilidade de quem nomeia. Não se pode olhar para o exercício do cargo como um exercício partidário. As instituições públicas não estão ao exercício de interesses partidários.

Em relação ao Centro Hospitalar, o governo deve decidir se mantém o princípio de nomeação político para determinados órgãos ou se deseja continuar com nomeações resultantes de operações concursais. Se a CRESAP é menos ou mais independente, o governo tem instrumentos para agir.

Do ponto de vista social, o PS, o Bloco de Esquerda e o PCP sentem-se confortáveis com a redução do IVA da restauração e colocar o IVA das refeições escolares a uma taxa intermédia? Sentem-se confortáveis, com o IVA da iluminação pública à taxa que está e não à taxa reduzida? Se há folga orçamental então temos de fazer opções. O problema foi quando tiveram de governar sem folga orçamental.

O Tondela +10 não é um processo que vá originar o sucesso de todas as iniciativas, como qualquer projeto que carece de maturação e desenvolvimento. Se alguns projetos vingarem é um grande passo.

Não constou nenhuma imagem das obras do estádio, nem nenhuma referência. Só referi que tive duas reuniões com o diretor geral e diretor geral adjunto do Tribunal de Contas. É uma matéria que está em apreciação, à procura de soluções. Instruído o respetivo recurso, vamos avaliar se é o caminho mais adequado ou se porventura podemos ir com outra estratégia que é remodelar algumas peças documentais e instruir novo processo. Em qualquer caso, o pedido feito está acessível na página do Tribunal de Contas em acórdãos, 3ª secção, acórdãos nºs 14 e 17. É de fácil acesso e de leitura clara.

Até 2009, o então vereador António Dinis tinha a área do termalismo. Nessa altura existia uma candidatura à Associação Termas de Portugal, que previa investimentos em cerca de trezentos mil euros no balneário termal e tinha como investimento ancorante privado a construção de um hotel de quatro estrelas. Essa candidatura de seis milhões de



euros era um investimento privado da Tondelviva. Para quem se sente incomodado com investimentos desta natureza ainda que recorrendo a financiamento público, julgo não haver dúvidas que essa operação, que felizmente não foi feita nessas condições, implicaria no mínimo dos seis milhões, dois teriam de ser privado e o restante de cofinanciamento. Quem financiava esses dois milhões? Algum dos cinco parceiros privados, empresas ou seria o município que teria de injetar dinheiro para financiar essa operação à Tondelviva? A bem do bom senso e da serenidade, não deverá ser motivo de dúvidas no futuro jamais alguém passar a ideia que havia uma solução milagrosa e que alguém porque não o quis não a aplicou. O que hoje existe, também não é melhor. O PROVER não terá dinheiro para reabilitação de balneário termal. Matéria já partilhada em reunião de câmara, o que nos levará a pensar nos próximos meses como se poderá manter o balneário com trinta anos. Percebendo o tipo de tratamento, a água com as características sulfurosas que tem, a corrosão que tal obriga, está a necessitar de uma intervenção. Não deverá haver dúvidas futuras, porque é que em 2009 não se prosseguiu esse caminho, implicava um investimento privado para alavancar o investimento público. Os documentos são oficiais e há um protocolo assinado, que foi o então vereador António Dinis que o assinou.

Tondela Inclusiva, tive o cuidado de dizer que não é nenhum instrumento para se sobrepor às políticas existentes. Procurará interagir com as estruturas existentes na área da animação social, da inclusão, da formação para qualificar principalmente população vulnerável ou fragilizada.

Ao contrário do passado em que as USF não alavancavam extensões, no caso da USF de Canas de Santa Maria tem agregada a extensão de Lajeosa. Por isso, hoje, há permanência de resposta clínica. Na USF de Tondela há profissionais interessados e incorporará a extensão de Molelos. As USF não podem ser impostas, têm de resultar da motivação profissional. Felizmente, face à diligência pedagógica que tem sido feita, há profissionais interessados. A USF de Campo de Besteiros que não tem data prevista para se constituir, na medida que só agora se transformou em UCSP, há-de ter um período de maturação e quando os profissionais o desejarem podem-se transformar em USF e nessa circunstância agregando Caramulo e São João do Monte. As USF funcionam das 8h às 20h e para garantir uma resposta nas valências clínicas a que têm de responder: saúde



materno infantil, saúde familiar, diabetes, educação para a saúde, tem de ter uma diversidade de clínicos e no mínimo tem que ser quatro, porque senão não conseguem fazer a rotação de horários, plano de férias e substituições que a isso obriga. Numa USF não há falhas de médicos. Temos de trabalhar num plano funcional, porque não se pode trabalhar com o edifício da forma que está, no caso de Tondela a bateria de enfermagem desagregada da bateria clínica. Tem de haver uma agregação entre médicos e enfermeiros. Vai implicar adaptações no espaço.

Em relação às observações feitas pelo senhor Arménio que são corretas, estamos a resolver o problema. As válvulas de retenção são para impedir que nas próximas cheias não haja novamente caves inundadas, obviamente que as caixas ficaram. O problema existe, é sério, implica uma grande remodelação da rede com custos avultados.

Interioridade, hoje existe uma grande discriminação. Vou a Lisboa ando no C17, no C19, eixo Norte/Sul e não vejo portagens a pagar. O que está aqui em causa é muito claro, querem uma alternativa em autoestrada que seja portajada. Querem intervir no IP3 dando-lhe condições de segurança, não pode ser portajado. Felizmente, que há um consenso político, portanto acho que não deve haver mais discussão, a não ser que não seja como nós defendemos.

A intervenção que estamos a fazer nas escolas não tem a ver com a descentralização de competências. Aconselho a lerem o programa do governo para perceber o que lá está dito em sede de descentralização. Obrigado”.

O deputado António Dinis voltou ao debate:

“Fazer aqui algumas clarificações. O senhor presidente mistura as coisas todas e é uma chatice. Peço ao senhor presidente da assembleia que me faça chegar uma cópia do protocolo que estive a assinar em setembro de 2009, em Monfortinho. Sei o que assinei. Aquilo que era os projetos ancora que tinham financiamento garantido e os complementares que iriam ainda ser sujeitos. O hotel era uma das componentes. Fui assinar, porque o senhor presidente me mandou nesse sentido. O pelouro era da Eng^a Marina. O senhor presidente já disse uma coisa importante, que a solução que está agora é pior. É importante termos essa noção. Não sei qual é a solução que podemos esperar



para Sangemil. Na última assembleia pedi que me dessem os dados da exploração do balneário termal de 2014 e 2015.”

O deputado Joaquim Santos interveio:

“ Senhor presidente, acerca do Centro Hospitalar Tondela Viseu, o senhor tem de perguntar ao governo quais são os critérios da seleção da nova administração. O que espero é que seja uma administração competente. Se através da CRESAP, devem mudar em primeiro os seus critérios. Mudem a própria CRESAP. Tal como devem mudar a ERSAR, porque parece-me o melhor parceiro que as Águas do Planalto poderiam ter arranjado. A própria ERSAR serve de escudo, quanto a mim, às ilegalidades que a AP praticou em 2007. Essa é a minha opinião, enquanto não me comprovarem o contrário.

O senhor tem tantas referências a 2009, que é também referência para o anterior governo do PS. Foi esse governo do PS que fez sair uma Lei que obrigaria as concessionárias a ter um regulamento. Uma coisa é certa neste momento tenho um diferendo particular com as Águas do Planalto, tenho um ofício deles a dizer que a responsabilidade é de alguém que não eles. Já lhes perguntei e continuam a não responder. Agora vou fazer o requerimento através da mesa.”

Requerimento, que se transcreve:

“Exmo. Senhor presidente da assembleia municipal de Tondela

O Grupo Parlamentar do PS vem requerer, à empresa Águas do Planalto, que esclareça de quem é a responsabilidade da não existência de um regulamento de abastecimento de água, a que estará obrigada desde, pelo menos, 2009.”

Continuou:

“Quanto às PPP’s, senhor presidente, não há PPP boas nem más. O senhor diz que por cada um euro temos de pagar três, é naquelas de cinquenta anos. As que me estou a referir é a vinte anos. Aquilo não são novecentos mil euros, são muito mais do que isso. Aí que está a questão fundamental, mas vamos deixar chegar as averiguações ao fim. Muito obrigado.”



O senhor presidente da câmara tomou da palavra, de seguida:

“Deputado Dinis, o que disse foi muito claro, não ouve nenhum jogo de palavras, é um documento oficial que tive o cuidado de ler para esta assembleia. O investimento se são cerca de trezentos mil, tem outras dimensões, marketing, promoção. Para não haver dúvidas farei distribuição em próximo assembleia para que não seja matéria de discussão sobre dúvidas, pode ser discussão de estratégia. Os dados da exploração irei responder, sendo verdade que em 2015 o número de utentes rondou os 700.

Deputado Joaquim Santos, confesso que disse uma coisa que desconheço em absoluto, só conheço no âmbito da PPP em que o município está envolvido, os documentos oficiais. Só conheço um contrato de locação comercial e de sublocação financeira em que as obras do Vale da Pata estavam contratualizadas nos novecentos mil euros. Diz-me agora que os valores são superiores. Não os conheço.”

2.2 Análise discussão e votação da 1ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezasseis

O presidente da câmara explicitou:

“No âmbito da operação “Estádio” prescindimos da opção de empréstimo, que alias já tinha dito. Como em sede orçamental ainda não tínhamos removido esta receita da esfera da receita do município, removemos dois milhões de euros desse empréstimo que não se materializa e como tal temos de ajustar o nosso orçamento para acomodar essa baixa de receita. Com a contração do empréstimo dos 4,5 milhões, em próxima alteração será feito o ajustamento.

Como está demonstrado no relatório de empréstimo dos 4,5 milhões, a nossa capacidade de endividamento é superior a 5,6 milhões.

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Senhor presidente esclareça-me, por favor, primeiro disse que esta verba de 2 milhões de euros que seria retirada era referente ao empréstimo. Mas já tinha ficado aqui



decidido no orçamento que não haveria empréstimo. O empréstimo que foi votado na última assembleia seria para outras coisas, o que levou o PS a abster-se no orçamento e a votar contra o empréstimo, embora dizendo sempre aquilo seria para as obras do campo de futebol disfarçadas. Gostaria que esclarecesse isso.

A verba dos “estudos, pareceres, projetos e consultorias,” acho-a em demasia, onde inicialmente estava previsto 595 mil euros acresce 120 mil euros. Há assim tanto estudo e procuradoria a fazer? Já está incluído o valor pago à sociedade de advogados Sérvulo e Correia para o recurso do Tribunal de Contas?

Outra verba que me causa alguma perplexidade que é “reabilitação das redes de água existentes”. A quem compete a remodelação das redes de água existentes? Para que serve a taxa que nós pagamos, chamada “sobretaxa de concessão”? Foi dito pelos senhores das Águas do Planalto, aqui, que quando se fossem embora queriam deixar a rede em melhor estado do que aquilo que encontraram. Então andamos a ser roubados. Sei que já foi aqui dito que o dinheiro da sobretaxa não era para isso. Então que se assumam. Que não se chame nomes aquilo que não deve ser. Se quiserem andar constantemente enganados, continuem. Roubados por essa entidade, continuemos. Se estão satisfeitos, mantenham-se em silêncio. Se não quiserem, indignem-se. Acho que se houvesse coragem, era a atitude mais correta a fazer. Faço o que posso, sozinho não vou lá, mas não desisto. Que de uma vez por todas fique aqui esclarecido ou que a câmara municipal de Tondela e as outras pertencente à zona das Águas do Planalto assumam de quem é a responsabilidade da manutenção da rede. Muito obrigado.”

O deputado Manuel Veiga continuou os trabalhos:

“Mais uma vez levanto o problema dos dois milhões. Na anterior reunião migrou o dito empréstimo para outro tipo de obras que não as obras do estádio. Em vez de utilizarmos os dois milhões noutras coisas, precisávamos dos dois milhões novamente para aplicar noutras obras, nomeadamente no Caramulo e noutras regiões e eram para obras que seriam feitas. Aplicando-se o dinheiro que até tínhamos disponível por opção do executivo e que assumiu, aqui, que foi por opção em fazer as obras no estádio. Mantenho as questões anteriormente formuladas sobre as obras do estádio.”



O presidente da câmara esclareceu:

“No verão passado trouxemos a contração de um empréstimo até dois milhões de euros para obras de estádio. Num segundo momento, veio a esta assembleia uma alteração da utilização desse montante, mantendo-se o fim que era investimento. Aí dissemos que por pensarmos ter algum financiamento comunitário para a circular, só iríamos alocar 1,4 milhões ao estádio e os outros 600 mil seriam para a circular. Consequente ao acórdão nº 14, de recusa de visto de empréstimo, tomámos a opção de financiar esta obra com capitais próprios e teríamos de há frente contrair outro empréstimo para financiar projetos que consideramos importantes. Não é o mesmo empréstimo. Por essa razão temos de anular o primeiro empréstimo, porque foi contraído para um fim, não podendo ser agora alocado para outro fim. De seguida, vamos dar sequência a outro empréstimo que contraímos para outras obras: de saneamento, zonas industriais e outras.

A operação de consultadoria jurídica custa toda ela vinte mil euros. Mas, estamos a fazer muitos projetos. O projeto da Escola Secundária estima-se que possa custar cerca de setenta e cinco mil euros. Neste momento estamos a adjudicar fora tudo o que é projetos, porque posso não ter porta aberta para financiamento, mas quero ter a possibilidade de projetos em carteira para submissão de obras, quando abrirem as respetivas candidaturas. Neste momento a câmara não tem técnicos para fazer este tipo de projetos, porque hoje a complexidade é grande. O projeto inicia-se geralmente com um estudo geológico, com um projeto elétrico, projetos mecânicos. A câmara não tem nos seus quadros nenhum técnico destas áreas. A complexidade, hoje, de acordo com a Portaria 701 H, naquilo que diz respeito a um projeto de execução não se coaduna com a existência de um arquiteto ou de engenheiro civil.

Senhor deputado Joaquim Santos, não posso culpar uma empresa por estar a exercer os direitos que os contratos assinados lhes dão. O que está no contrato é um paradoxo, a reabilitação de uma rede é responsabilidade do município. À concessionária cabe só a reparação de uma rotura. A sobretaxa criada no artigo 21 serve para pagar intervenções na beneficiação da rede existente e também já o disse da operação financeira na qual a concessionária injetou vinte e dois milhões duzentos e cinquenta mil euros para pagar os 20% dos fundos de coesão, para pagar estudos, projetos e consultorias, para



pagar a título de renda às câmaras todas, para pagar asfaltamentos. Mas além disso, restam quatro milhões que não estão pagos e que a sobretaxa está a financiar. Portanto, veja quantos anos são necessários para pagar o que está executado e não está pago. O que acho é que o regulador tem de ser parte do processo. Para não haver dúvidas á pergunta que faz orçamental a verba para intervenções em rede, temos de por a funcionar com rapidez a rede de Litrela /Guardão, a rede está feita há vários anos, não tem válvulas redutoras de pressão, se a colocarmos em carga chega a algumas zonas com 10 kg de pressão arrebentando com a canalização.”

O deputado Manuel Veiga voltou a intervir:

“Em relação à devolução dos dois milhões de euros. A clareza está. Mas é também uma questão de princípio. Nós opusemo-nos desde o início. Estes dois milhões de euros vão ter de ser contraídos a seguir. Desta forma, irei abster-me.

Gostei de ouvir a parte dos direitos. Quando os direitos são de quem trabalha, são quase imorais. Quando os direitos são de empresas que ficam com dinheiros públicos, já é legítimo. Assim como contratualmente se tinha firmado direitos de horários de trabalho, firmados vencimentos e outros direitos rapidamente se romperam. Como era com os trabalhadores era mais fácil de romper do que com algumas Parcerias Público Privadas, que proliferam e que de nada foi de interesse para nós. Continuamos a pagar a fatura que parece que cada vez aumenta mais do que diminui. A distância até chegámos à conclusão que foi uma má opção. Sempre achei que era uma má opção, por uma questão de visão política.”

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra.

“Senhor presidente esclarecida a questão da formalidade dos dois milhões de euros. Gostaria que me explicasse o que é que o município pensa fazer em termos de liquidação das obras do estádio. Ninguém acredita que o recurso que fez para o Tribunal de Contas vá ter algum sucesso. No entanto, mantem-se a verba 1 829 mil euros para pagamento das obras. Mas, a verba seguinte está aberta com 1 euro, que é “Contrato para o desenvolvimento desportivo para o concelho de Tondela”, é nisso que já está a pensar. Portanto, já deu como segura a perda de esperança que o Tribunal de Contas venha



aprovar as obras do estádio. Isto significa, como disse o Manuel Veiga, a câmara venha a adquirir mais um empréstimo de dois milhões de euros para pagar o contrato desportivo do concelho de Tondela. Neste caso e como se mantém uma verba para as obras do estádio e por coerência não podemos votar a favor desta revisão. Vamos abstermo-nos tal como foi no orçamento.”

Por motivos pessoais o deputado João Carlos Figueiredo saiu da assembleia.

O presidente da câmara esclareceu:

“Deputado Veiga, os direitos são sempre direitos. A pergunta é outra, é um direito sucessório eu funcionário da Carris ou do Metro ter transporte gratuito para mim e para a família. (O deputado Manuel Veiga disse que foi um direito firmado). Também, firmei um contrato com o Estado Português que era ter educação, saúde gratuita e o Estado Português não me dá essas garantias. Em situações reais, os direitos devem ser preservados. Se alguma justiça se possa fazer ao ex. Secretário de Estado das Infraestruturas em alguns domínios é ter mexido nas PPP rodoviárias. Se alguma coisa poderia ter sido feito é mexer nas PPP municipais.

Senhor deputado Joaquim Santos, o município pensa em muitas soluções. Todos os cenários estão a ser equacionados, entre a possibilidade de reinstruir um novo pedido de visto perante novos instrumentos jurídicos a apreciar. Por isso, em sede de revisão orçamental todos os cenários foram previstos. De qualquer forma não está previsto pelo executivo qualquer contração de outro empréstimo para este fim, porque orçamentalmente a verba já existe. Claro que o dinheiro não se múltipla, portanto se queremos manter todas as obras que queremos fazer vamos utilizar a figura de empréstimo de 4,5 milhões de euros, grande parte para obras que acreditamos serem financiadas do atual quadro comunitário. Está prevista 1,5 para a zona industrial de Tondela, 1 milhão para saneamento para o Caramulo, 350 mil para a obra de Fial, que esperamos serem obras ilegíveis tanto no POSEUR como no Centro 2020. Daqui a um ou dois anos esperamos igualmente estar a amortizar este empréstimo. Em 2017 haverá um serviço de dívida menor do que existia em 2013, porque estamos a amortizar a dívida.”



Carlos
João
Carlos

Não havendo mais intervenções, o presidente da mesa colocou à votação a 1ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezasseis, tendo sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marta Franco, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques e António Sérgio Almeida. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

2.3. Análise discussão e votação do relatório da adjudicação da contratação de empréstimo de médio e longo prazo, nos termos do relatório de análise de propostas

Foi dada a palavra, pelo presidente da mesa, ao presidente da câmara:

“Visto o ponto anterior cruzar-se com este, quero referir que quando abrimos esta operação de empréstimo consultámos as várias instituições bancárias com representação no concelho para contratualização de um empréstimo até 4,5 milhões de euros. Porquê “até”? Porque quando temos uma obra onde se prevê gastar até 1 milhão de euros, se no final de lançar a obra a concurso a proposta vencedora vem abaixo do valor base, então a adjudicação será inferior, pelo que não será necessário gastar o valor anteriormente previsto. Quando o júri abriu as propostas das seis entidades que apresentaram, o BPI apresenta uma proposta para um montante de 2 milhões 750 mil euros, com uma taxa 1%, taxa inferior às dos restantes, seguindo-se da CGD com uma taxa de 1,14%. Vamos para dois bancos, porque um apresenta a proposta até 2 milhões 750 mil euros mais favorável e a diferença até 4,5 milhões será para o segundo concorrente. Como vamos utilizar estes valores para investimento que poderão ser financiados através de fundos comunitários, vão ser utilizados na mesma proporção a cada um dos bancos.



Em grande parte, na área do desenvolvimento económico, está praticamente fechado, todo o processo de expansão da ZIM. Irei iniciar as negociações com proprietários daqueles terrenos. ”

O deputado António Dinis tomou da palavra:

“O CDS vai votar contra este empréstimo. O senhor presidente quer um investimento para uma ou duas décadas, no caso das ZIM’s. Acho que tem mais sentido fazer um investimento faseado.

Votei favoravelmente a questão do estádio. Havia um conjunto de pressupostos que lancei, aquando da aprovação e a minha declaração de voto na última assembleia foi exatamente nesse sentido. Verifiquei que nenhum desses pressupostos foi verificado. A questão é mais abrangente, tanto mais que o senhor deixa-nos com uma capacidade de endividamento de cerca de 800 mil euros. Quando o senhor presidente da câmara vem dizer que vamos ficar menos endividados, isso é um cenário, felizmente, a nível nacional. Os municípios fizeram um trabalho notável de redução do endividamento e que gostaríamos que continuassem nesse caminho. Temos de ter um enquadramento geral. Não me satisfaz esta situação.”

O deputado Joaquim Santos continuou com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores membros da assembleia municipal,

Perante a dúvida metafísica de quem nasceu primeiro, se foi o ovo ou se foi a galinha, embora tenha uma opinião fundamentada sobre o assunto, não queremos questionar o esforço do júri que elaborou o Relatório de Adjudicação do empréstimo até 4,5 milhões de euros, em que justifica a sua decisão de contratualizar o mesmo a duas entidades bancárias.

Parece-nos obedecer, com toda a lógica e transparência, aos requisitos e, por isso, de pacífica conclusão.



No entanto, se não houvesse Relatório, não haveria empréstimo; a haver empréstimo, terá de ser liquidado a médio prazo, cuja maturidade obriga a uma pronúncia da assembleia municipal.

Nesta mesma lógica, se não houvesse autorização, não haveria empréstimo, mas como existe autorização, proceda-se ao empréstimo à entidade ou entidades que melhor satisfazem as condições do empréstimo. Para o efeito, elaborou-se um concurso e respetivo relatório.

Confuso?

Talvez não!

Confuso seria se, quem não aprovou este empréstimo, votasse favoravelmente um relatório que diz precisamente respeito e se pronuncia sobre as condições de um empréstimo com o qual não estive de acordo.

Ou seja, para aqueles que votaram contra empréstimo, não faria sentido uma pronúncia favorável nem desfavorável sobre o mesmo.

Até deveriam fazer de contas que não existe.

Satisfeita a curiosidade, desfeitas as dúvidas e agradecendo o esforço que cada um de vós colocou na interpretação das nossas razões, o Partido Socialista irá abster-se nesta votação.”

O deputado Manuel Veiga interveio:

“Voltando, reafirmo o que foi dito, a abstenção é óbvia, porque em termos do que se pretende com este empréstimo não estamos contra. O que estamos contra é com o que levou a estarmos a pedir este empréstimo. Como tal não podemos votar favoravelmente o empréstimo, mas não estamos contra as medidas, pelo que vamos nos abster.”

O presidente da câmara tomou da palavra:

“Disse que o Plano de Pormenor da ZIM é entre outras obras para uma década. Não estou a dizer que se vai executar a ZIM toda, senão não seria suficiente a verba. Estamos a falar em sessenta e cinco hectares. Estamos a admitir uma expansão da ZIM faseada e este empréstimo de 1,5 milhões que não chegará para esta fase, porque para além da expansão temos de requalificar o existente. Temos de dar a todas as empresas as



mesmas condições. Registamos o sentido de voto do CDS/PP, que é contra a operação de empréstimo que está associada a estes investimentos, que é legítimo.

Registo o reconhecimento de que não há nenhum esforço em reduzir a dívida e que é algo normal. Não me preocupa saber se a margem de endividamento daqui a três anos é maior ou menor. Já expliquei várias vezes que as margens de endividamento tendencialmente vão chegar a zero. O que me importa saber é se em cada mês pago mais ou menos pelo meu serviço de dívida. É verdade que há municípios que fizeram esforços notáveis, enquanto outros que estão com o FAM em cima deles e que não têm como sobreviver. É por isso que há municípios com a taxa mínima de IMI e outros tem de ter com a taxa máxima. Ficarei muito satisfeito com um serviço de dívida menor, porque quanto menor for a dívida e os seus encargos, maior é a disponibilidade de investimento.”

Não havendo mais intervenções, passou-se de seguida à votação do relatório da adjudicação da contratação de empréstimo de médio e longo prazo, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos contra dos membros: António Dinis e António Almeida Dias. As abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marta Franco, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques e António Sérgio Almeida. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Marina Leitão, Arménio Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

2.4. Análise, discussão e votação da autorização de assunção de compromissos plurianuais à luz da alínea c), nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, consequentes à contratação do empréstimo de médio e longo prazo

O presidente da câmara explicitou:

“Este ponto é inerente ao anterior. Atendendo que se aprovou um empréstimo a dez anos, logo existem encargos plurianuais. A fórmula de empréstimo que abrimos



pressupõe amortizações a qualquer momento. O mapa de compromissos plurianuais é consequente ao empréstimo.”

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores membros da assembleia municipal,

Em novembro de 2015, foi submetido à assembleia municipal um pedido de autorização prévia de um empréstimo, a contratar pela câmara municipal, no montante de 2,5 milhões de euros.

Invocadas as razões, o Partido Socialista votou contra.

Somos agora chamados a pronúncia de autorização de assunção de um compromisso plurianual, pelo prazo de uma década, para um montante de empréstimo de até 4,5 milhões de euros.

O que mais nos preocupa não é o excedente dos 2 milhões de euros, necessários a satisfazer algumas necessidades, sobre a maioria das quais entendemos como razoáveis.

Mas continua a preocupar-nos a verba, então consentida pela maioria, que como na altura dissemos, seria desnecessária se não fossem afetados cerca de 2 milhões de euros para as obras do estádio João Cardoso, escondidos neste empréstimo, após chumbo pelo Tribunal de Contas.

Ora, como é público, o mesmo Tribunal chumbou a obra, não se justificando, assim, o recurso à banca para satisfazer as necessidades invocadas.

Sendo inequívoca a posição que então assumimos, remetemos para quem o aprovou toda a responsabilidade deste endividamento, que alguém irá pagar.

Em Democracia, devemos respeitar a vontade expressa pela maioria, mas nada nos obriga a concordar com ela.



Tratando-se de assunto já autorizado, resvalando a atual decisão numa formalidade que tem de ser cumprida, entendemos, por bem que quem autorizou o empréstimo renove os seus votos de anuência ao procedimento em questão.

O Partido Socialista irá abster-se nesta votação, renovando a sua perplexidade, por estarmos perante um encargo que, o futuro dirá, pode comprometer eventuais situações de compromisso.

Apesar da tão apregoada estabilidade e capacidade de endividamento da contabilidade municipal, os resultados começam a vir à superfície – o futuro começa a estar em causa – a juntar ao empréstimo, são as rendas e os outros herdados recursos à banca que, como teremos oportunidade de verificar, desmascaram por completo os discursos do passado que enobreciam a arte de multiplicar os dinheiros que, afinal, nunca existiram!”

O deputado Manuel Veiga afirmou que a sua posição iria ser a mesma do ponto anterior, pelo que iria abster-se.

O presidente da câmara interveio:

“Gostaria de registar uma inverdade, não há empréstimos escondidos. (O deputado Joaquim Santos disse que o senhor presidente sabia a que se estava a referir, porque sempre foi afirmado que em Tondela não havia crise). Em política uma expressão deve ser devidamente ponderada. Há posições diferentes. O Partido Socialista discordou e discorda das obras no estádio João Cardoso nas mesmas circunstâncias com recurso a crédito. Independente disso, o que estamos a discutir está um plano de investimento que queremos alavancar sem o qual temo que não possamos potenciar os nossos fundos comunitários. O que está aqui em causa são encargos que resultam do ponto anterior.”

Não havendo mais intervenções, a assunção de compromissos foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, António Dinis, Jorge Batista, António Almeida Dias, Marta Franco, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques e António Sérgio Almeida. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Marina Leitão, Arménio Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes,



Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes

2.5. Análise, discussão e votação da autorização de assunção de compromissos plurianuais consequente à resolução do direito de superfície do Largo /Espaço da Feira

O presidente da câmara tomou da palavra:

“Este ponto vem à assembleia pelo facto de se ter deliberado em reunião de câmara a assunção de um compromisso que é posterior a três anos e por isso carece da autorização da assembleia municipal. Aquando da constituição da Tondelviva, o município constitui vários direitos de superfície para que a Tondelviva por sua vez os pudesse constituir a favor do banco. Direitos de superfície de: do pavilhão de Campo de Besteiros, do pavilhão municipal de Tondela, das piscinas municipais de Tondela. Outras entidades, nomeadamente juntas de freguesia, também constituíram direitos de superfície para que aí pudessem ocorrer obras.

À época, era suposto todo o Parque Urbano ser objeto de intervenção da Tondelviva, pelo que entregou o direito de superfície dos artigos onde no passado estava a Mata e a feira semanal. No decurso deste tempo e com o surgimento de fundos comunitários foi então decidido pelo município comunicar à Tondelviva que não iria executar obras da 2ª fase do Parque Urbano e que chamaria a si essa execução. Posteriormente, constatámos que não estava regularizada a reversão deste direito de superfície. Este pagamento deve-se ao facto do município anteriormente ter recebido pelo mesmo direito de superfície. Como se pretende fazer este pagamento de forma faseada e ao mesmo tempo abrir um processo de renegociação das rendas entre o município e a Tondelviva de modo a baixá-las.”

Seguidamente, o deputado Joaquim Santos tomou da palavra com a intervenção, que se transcreve:



“Senhor presidente da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores membros da assembleia municipal,

O Município de Tondela cedeu à Tondelviva, por um prazo de 50 anos, o direito superficiário sobre o Largo da Feira, em Tondela.

Por incumprimento contratual da entidade beneficiária, as obras, entretanto realizadas naquele espaço, inauguradas com pompa, em período de pré-campanha eleitoral para as Autárquicas 2013, foram executadas pelo município, com recurso a fundos do anterior Quadro Comunitário.

E ainda bem que assim aconteceu - o município ficou liberto de mais uma renda a juntar às outras que, articuladas, já somam quase um milhão de euros anuais.

Naquela época, e não sendo caso único, como todos sabemos, as regras eram atropeladas, num excesso de confiança cujos contornos ainda estão por apurar, mas que se traduziram em irregularidades que o tempo se vai encarregando de denunciar.

Em democracia, às maiorias nem sempre lhes acode a razão, mas cai-lhes sobre os ombros uma responsabilidade acrescida!

Na hora da prestação de contas, quem vier depois que feche a porta e apague a luz - foi sempre esta a presunção do PSD que, ao longo de décadas, administrou este concelho.

Um mundo de facilidades, de gestões duvidosas, de ganâncias desmedidas, de pedestais feitos de barro – como se viu, como se vê e como se verá, sem rumo, mas com o único objetivo de satisfazer orgulhos pessoais e promover reverências imerecidas!

Fazemos estas considerações a propósito de um documento que foi presente à reunião do executivo municipal que, de tão incómodo, acabou por ser retirado, mas cuja versão, maquilhada a preceito, viria a omitir, quiçá, a incómoda verdade que colocará a nu. A isto sim, e com toda a propriedade, podemos qualificar de genuína geringonça que norteou as anteriores gestões municipais, também de exclusiva responsabilidade do PSD.



Quando há incumprimento, não se pode beneficiar o infrator. Nem nos jogos de futebol! Se a Tondelviva não cumpriu, não merece recompensa. Já nos bastam as dúvidas que sobre si recaem!

Não nos envolvam em pactos de silêncio que sugiram cumplicidades.

Senhores membros da assembleia municipal,

Compreendemos que a maioria se sinta na obrigação de proteger os seus pares – a solidariedade fica sempre bem!

Permitam recordar-vos que a responsabilidade penderá sobre cada um de vós – agora as regras são estas e ninguém poderá invocar o desconhecimento da Lei.

Ainda bem que é assim – é a Democracia a funcionar!

Votar favoravelmente esta assunção de compromissos, é dar assentimento a um contrato que apenas aqueles que o conhecem se deverão responsabilizar.

Quem se sentir confortável e seguro, que vote com responsabilidade.

A mesma responsabilidade com que os membros do Partido Socialista, por desconhecimento do mesmo contrato, conjugado com evidências concretas, irão votar contra.

Mas para que, de futuro, as incertezas não nos surpreendam, iremos requerer que nos sejam explicados os contornos deste negócio.

E, para memória futura, **anexamos as propostas** (anexos 9 e 10) que, em momentos diferentes, foram colocadas para apreciação do executivo municipal.”

Continuou:

“Quero apenas dizer que estas propostas foram levadas à câmara municipal, em que na primeira fala concretamente que existe uma obrigação da Tondelviva em fazer obras semelhantes àquelas que estão feitas, mas feitas pela câmara municipal, entre abril e dezembro de 2009. A mesma proposta diz que houve um incumprimento da Tondelviva. Mesmo deduzindo os anos que a Tondelviva esteve na posse desse terreno, não é



moralmente lícito devolvermos esse dinheiro a quem não cumpriu. Os direitos quando nascem são para todos, para empresas, para sociedade societárias, neste caso de maioria privada. Tem de haver regras. Apesar de já ter sido aprovado na câmara municipal, gostaria que esta assembleia, antes do tomar qualquer posição, gostaríamos de ver esclarecido esse contrato. Só após esse esclarecimento, esta assembleia se deveria pronunciar. Muito obrigado.”

De seguida entregou à mesa um requerimento, que se transcreve:

“Exmo. Senhor

Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Tondela,

O Grupo Parlamentar do Partido vem, através da mesa, requerer que lhe sejam fornecidas cópias dos documentos relativos à constituição do direito de superfície sobre o Largo / Espaço da Feira de Tondela, que foi celebrado entre o Município de Tondela e a Tondelviva.”

O presidente da câmara informou que todos os contratos são documentos públicos, que não há impossibilidade na cedência desses documentos. Mais informou que os contratos de locação e de sublocação incluindo os direitos de superfície foram aprovados pelos órgãos executivos.

O presidente da mesa, de imediato colocou à votação o requerimento entregue, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Marina Leitão, Abílio dos Santos, Alfredo Cabral, Gonçalo Pereira, António Lopes, João Paulo Ferreira, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, Marta Franco, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Carlos Manuel Silva, Jorge Soares e António Sérgio Almeida



*Clay
Dy
Caldas*

A deputada Marina Leitão referiu que votou contra, porque os documentos são públicos, logo obrigatoriamente estão disponíveis para um membro da assembleia e o requerimento não faz sentido.

O deputado João Paulo Ferreira referiu que o voto contra foi no mesmo sentido do exposto da deputada Marina Leitão.

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Eu próprio quando entreguei o requerimento fui claro, disse “posso mandar este requerimento pelo correio ou enviá-lo por email ao senhor presidente da assembleia e ele responde-me, como já fez noutras situações. Mas há uma diferença, os senhores também tem de se comprometer com isto. É esta a minha intenção. A seguir vêm outros requerimentos. Eu sei que são públicos. Quero que seja a assembleia a aprovar. Tem significados diferentes. Porque há outros que vou fazer que não são públicos e quero ver se essa desculpa prevalece. Quero ver qual vai ser a votação dessas pessoas a esses requerimentos. Embora considere que não devem ser postos à consideração da assembleia, eu por respeito, também à assembleia, entendo que os devo fazer aqui. Os problemas que estamos a discutir aqui são problemas do município, não são meus nem do Partido Socialista. É isso que eu gostaria que os senhores percebessem.”

A deputada Marina Leitão afirmou que ninguém era estúpido. O deputado Joaquim Santos disse que também não.

A deputada Marina Leitão interveio, de seguida:

“Cheguei ao limite do suporte do insulto. Até hoje ouvi, aqui, os maiores desaforos, as maiores insinuações acerca de pessoas que estiveram aqui, no tempo próprio e eleitas. Sinceramente este tipo de discurso, inclusivamente o que acabou de dizer. Não admito, pelo que faço um requerimento para ser colocado à votação, o limite deste tipo de palavras. A política é uma atuação da coisa pública. Nós nesta assembleia sempre nos pautamos por ter cordialidade, discutir ideias, formas diferentes de atuar, mas não sermos insultados como se fossemos estúpidos. Sermos insultados, como se não percebêssemos nada do que estávamos aqui a fazer. Não dou o direito a ninguém, porque também não faço a ninguém, de ser insultada desta forma. Penso que está na altura de fazer uma coisa



Alf. Cabral
Dr. 3
Cabral

que há pouco o senhor Joaquim Santos disse, indignarmos contra ele e pela forma como nos tem tratado a todos. Não me quero levantar e ir embora, porque seria um desrespeito pela assembleia. Só teríamos essa solução, que seria quando ele falasse levantarmo-nos e ir lá para fora, mas isto seria um desrespeito total para a instituição. O que temos de fazer é mostrar a nossa indignação, reprovação em relação aos termos como este senhor se dirige à assembleia, ao seu presidente, ao presidente da câmara e a nós. Se isto continuar, temos de permanente chamar atenção de que não são modos de falar connosco.”

O deputado José Manuel Mendes tomou da palavra:

“As minhas habilitações literárias não são muitas. Mas, estes atos e provocações tomam e que vem a este palco dizer: “ que nos roubam”. Ultimamente tem havido nestas assembleias uma maneira de estar que não se coaduna com a minha forma de estar. Não posso admitir e seria cobarde da minha parte se não viesse demonstrar o meu descontentamento, quando se fala mal de pessoas que tanto fizeram por Tondela e pelo concelho. Acho que devemos ter mais respeito, porque se olharmos ao longo destes anos todos para Tondela e para o concelho, o que se quer mais? Penso que é só inveja pelo que os outros fizeram. Temos de respeitar as pessoas, porque o bem que fizeram, fizeram-no em benefício de todos. Não fizeram em benefício próprio. Este discurso não é só daqui. Este discurso é noutras situações. Não falo em nomes, nem em partido, mas isto é uma perseguição e uma sede pelo poder. As pessoas não lhe dão o poder, porque não confiam neles. Vem para aqui falar mal daqueles que trabalham. Concordo com a posição que a companheira desta assembleia aqui fez e também acompanho. Mais uma vez digo, honrar todos aqueles que passaram por esta casa, porque fizeram o seu melhor. Os outros é só inveja, porque não tem categoria para fazer melhor. Muito obrigado”

O deputado Alfredo Cabral continuou:

“Boa tarde. Não entendi bem a atitude da Eng^a Marina, porque talvez não tenha percebido as palavras do Joaquim. Perguntei ao Manuel Veiga que também não entendeu. Falo para todos, o Quim Santos não pode forçar um fórum numa votação quanto à intencionalidade. Querer com o requerimento pedir responsabilidade a uma maioria ou a uma minoria, penso que não podes em qualquer requerimento que seja sujeito a votação



*Cláudio
Jr
Carvalho*

pedir intencionalidade ou pedir orientação de voto. Também me parece que foi provocada, aqui, a autonomia da assembleia a um requerimento. A assembleia tem de aceitar de imediato um requerimento e tem que o votar. A admissibilidade do requerimento é da competência da mesa, que não pode rejeitá-lo. É legítima e legal que a mesa proponha a votação. Ó Quim, julgo que a esfera daquilo que pedes no requerimento não seria esta assembleia, mas seriam órgãos judiciais. No fundo também estás a julgar a assembleia que terminou um mandato em 2013 e cujo presidente da câmara, na altura, submeteu a ato público e a aprovação esses documentos e que não me parece referido no contexto de linguagem que aqui usas. Que haveria alguma coisa escondida e nada tinha sido claro. Foi por esse sentido que votei contra, porque me feriu também esse plano de intencionalidade de passagem de ignorância ou de falta de conhecimento à assembleia municipal de 2013. Se tivesse no teu lugar, retirava-o. Foram atos públicos. Parece que está a passar-se nesta terra e noutras, momentos de suspeita política. Que tudo o que foi feito foi ilegal. Penso que essa leitura também se passa um pouco por Tondela. Estive do lado do PSD, como independente, e votei muitas vezes a favor e contra. Também querer dizer que a maioria sustentou um órgão executivo em atos públicos. Fiquei, também aflito quando dizes que há outras coisas que nem foram discutidas, que há gato escondido, se é nesse sentido que venham as esferas competentes averiguar. Chamar à responsabilidade membros da assembleia que terminaram o seu mandato em 2013 de atos. Podes ter o direito de dizer que há aqui muita gente que obedece a uma disciplina partidária, mas é assim. Agora não me pareceu eticamente bem fundamentado essa posição de queres pesar maiorias ou minorias, se é que interpretei corretamente. Vens cá e esclareces isso. O presidente da mesa procedeu como manda as regras. Penso que é tempo de nos esclarecermos. Penso que não foi a intenção do Quim ferir alguém. Vamos conviver todos.”

Seguidamente, interveio o deputado Arménio Leite Marques:

“Vamos fazer um arrefecimento de atitudes.

Quim Santos, lembraste o que eu disse quando aqui votámos a primeira parceria? Estou de acordo com o fator que levou a tratar esses assuntos. Tens razões, de certo modo. Quando votámos a primeira parceria, vim aqui e disse: “oxalá que tudo corra bem, mas



eu sou contra esses negócios. Não sei qual o interesse dos políticos de agora. O que vêm, a seguir, os nossos sucessores fazer? Pagar as contas que os outros fizeram? ”. Não me estava a referir só aos políticos locais, porque já havia muitas parcerias a nível nacional. Também me foi respondido, na altura, que se fizesse agora seria mais barato do que quando vierem os nossos sucessores. Cada autarca deve fazer aquilo que pode. Até admito o teu fervor. Também admito o fervor da Eng^a Marina. Quem tem dúvidas de falsificações e de corrupção, escreve, manda analisar. Fiquei embaraçado com o requerimento, porque tudo o que a gente discutiu sobre as Parcerias Público Privadas foram votadas. São documentos públicos. Foi tratado na assembleia. Pedia que houvesse um arrefecimento das coisas. Não necessitamos criar estes votos de guerra entre uns e outros, parece mal. Os deputados desta assembleia têm razões para se sentir incomodados. Quantas horas já perdemos ao longo deste mandato com a questão da água? Lembram-se quando cá vim falar, quando os responsáveis das Águas do Planalto cá estavam? Disse que essa questão todos tinham razão. Não são só os do PS que estão a pagar a água cara. Quando quiserem voltar a falar na água, juntei os cinco presidentes das câmaras e falamos. O que ganhamos nós, estar aqui horas a falar no mesmo. Esse caso foi mal forjado e não é só no concelho de Tondela. Ninguém nesta sala é capaz de resolver esse assunto. Só os cinco presidentes, mas como estão todos lisos não é possível mandar o Planalto embora.

Eng^a Marina e Quim Santos arrefeçam, porque exaltam-se com facilidade, peço para retirarem os dois os requerimentos.”

A deputada Marina Leitão entregou o requerimento à mesa, que se anexa com o 11.

O deputado Joaquim Santos ausentou-se da sala., por não querer participar da votação.

Foi colocado, de seguida, à votação o requerimento entregue pela deputada Marina Leitão, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos contra dos membros: António Dinis, Jorge Batista, Marta Franco, Alfredo Cabral, Jorge Manuel Marques e António Sérgio Almeida. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Marina Leitão, Arménio Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira,



Abílio Santos, António Almeida Dias, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

O presidente da câmara interveio, de seguida:

“Corroboro com a visão sensata como o senhor Arménio posicionou as questões. Há matérias de discussão políticas e estratégicas que as devemos fazer, mas o grau de elevação, de postura institucional não nos deve deixar de posicionar no debate político para patamares que não são dignos da assembleia.

Em sede de reunião de câmara esta matéria foi objeto da devida ponderação. Os documentos de propostas desta questão foram debatidos de forma aberta com todos os senhores vereadores. A primeira proposta que chega e que não tinha analisado com a profundidade que a minha responsabilidade obriga tinha um termo com o qual não posso concordar, que era a justificação de que havia um incumprimento. É precisamente por este termo que o deputado Quim Santos começou. Aqui não pode haver incumprimento, porque neste caso a entidade pública não mandou executar aquela obra. A câmara quando percebeu que poderia ter financiamento comunitário para a obra do Largo da Feira disse para não executar a obra. Isto é uma questão racional. Incumprimento é quando mando fazer e alguém não faz. Foi por esta razão, que num primeiro momento, esta escritura de reversão, em agosto, me recusei a fazê-la por estar lá a expressão incumprimento.

Outro campo é aquele que o deputado Joaquim Santos quer percorrer, legitimamente tem esse direito. Se há desconfiança, não é esta assembleia que tem competência. Sei porque fez este requerimento, porque seguindo a metodologia daquele que é solidário, vai solicitar cópias nominais dos documentos associados a esta empreitada. Todos os documentos que são públicos são aqueles que vão á reunião de câmara e que vieram à assembleia municipal. A assembleia pronunciou-se acerca dum concurso público internacional. A reunião de câmara aprovou os contratos de locação ou de sublocação. São estes os documentos que qualquer membro do executivo de então conhece. Daí para lá, entra na esfera da Tondelviva e no âmbito do seu conselho de



administração. Como já respondi no passado, o município não tem documentos de natureza fiscal da Tondelviva que não sejam relatório de prestação de contas. Onde, outra resposta não terei antevendo eu qual é a questão que não seja dizer, sobre questões de adjudicação, pagamentos e afins é uma matéria do foro da entidade. Há órgãos competentes judiciais, se há suspeitas, para promover a devida investigação. Quero ser bem claro nisto, porque bem sei que alguém amanhã dirá que o atual presidente de câmara era presidente da assembleia geral da Tondelviva até agosto de 2013. As competências do presidente da assembleia geral de uma entidade é presidir à reunião, promover em particular a aprovação do relatório de contas de gestão com base em relatórios de revisores oficiais de contas que submetem o relatório para apreciação. Todas as demais competências resultam do órgão executivo municipal.”

O deputado Sérgio Rodrigues continuou:

“Senhor presidente da câmara muito obrigado pela explicitação que nos deu. Poderíamos fazer muitas intervenções nestas assembleias, mas muitas das vezes leva-nos a abster-nos de fazê-las, porque se terminam bastante tarde e quando chegamos ao fim a única coisa que nos habituámos é um rol de tu cá tu lá e nem sequer é o pensamento pessoal e político de cada um. Este não pode ser o ambiente de uma assembleia. O PSD sempre apoiou as equipas que lutaram pelo desenvolvimento do concelho. Não se coloca de fora da procura de tudo o que seja para a verdade, no entanto vai sempre repudiar as insinuações, a tentativa de politização de aspetos técnicos que não tem nada a ver com isso. Na nossa opinião somos adversários políticos, não somos inimigos, não podemos nem devemos ter assistir a situações destas que se têm passado nesta assembleia.”

O deputado Jorge Baptista interveio:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, minhas senhoras, meus senhores.

Ainda bem que o senhor presidente, e parabéns por isso, veio por água na fervura. De facto o Quim tem, por vezes uma expressão da sua própria natureza que parece um pouco agressiva, aliás o senhor Arménio não é muito diferente quando fala com as pessoas. Há pessoas que de forma muito mais serena são bem mais acutilantes e magoam



muito mais. Concorde de modo geral que devemos ser mais calmos. É natural que a esta hora estejamos um pouco cansados. O Quim, como tem sido habitual, liderou a reunião, por ser a pessoa que está mais dentro dos assuntos. Não gostam daquilo que ele diz. Não percebo, porque é que a solicitação de um documento que até é público levantou tanto problema. Partindo do princípio que acordos ou negócios feitos anteriormente que tivessem constituído as PPP. Todos estamos de acordo, para todos os partidos, não há ninguém que esteja isento de culpas. Sabemos que prejudicou o estado. Se calhar sem má intenção, a câmara também fez alguns negócios que não foram muito bons para nós. O que o Partido Socialista pretende ao solicitar estes documentos e ao promover o debate é evitar que este executivo eventualmente venha a fazer outro mau negócio. Como o senhor presidente acabou de dizer, quando esteve para assinar a escritura recusou-se, porque constava a palavra incumprimento. Numa reunião que tivemos interna e que levou a esta decisão, essa situação também nos surgiu. Se houver incumprimento, se isso se provar o Partido Socialista não concorda que se faça essa restituição dessa verba à Tondelviva. Porque é que agora não se pode debater isso? É debater a legalidade. É debater se houve cumprimento ou não. O senhor presidente da câmara de forma excelente explica os pormenores das decisões que toma.”

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

“Em primeiro lugar queria que o senhor presidente da câmara e o senhor presidente da assembleia municipal que dissessem quando os ofendi.

Em segundo lugar, queria que aquela pessoa, que quando estava a usar o adjetivo burro ou algo semelhante, disse “pouco”, queria que levantasse o braço. (o deputado Ventura Gonçalves levantou o braço e disse que tinha sido ele). Muito bem.

Já estou habituado em que entendam as minhas palavras como ofensas. São sempre as mesmas pessoas. Não me preocupa com isso. Não estou aqui para ofender ninguém. Estou aqui para ser claro. A Eng^a Marina pronunciou-se, deu a opinião dela. A senhora há-de dizer quem ofendi. O senhor José Manuel tenta aqui pronunciar-se, nem quero fazer comentários sobre o seu discurso, mas compreendo porque o fez. Senhor Arménio, eu nunca me manifestei contra as PPP, aliás elas são transversais a todo o país,



a todos os governos e a todas as autarquias. O que está em causa não são as PPP. Neste requerimento que fiz nem estava em causa nada. O que é certo, tenho na minha mão e que entreguei na mesa uma cópia. Na primeira proposta que foi apresentada na câmara municipal falava-se em incumprimento. O erro não foi meu. Tal como, se calhar havia muitos erros do passado e não posso ignorá-los, porque sabendo deles é meu direito, não como membro mas como cidadão, tentar saber o que se passa. É o caso há um ano, quando debatemos a questão do empréstimo para o clube desportivo de Tondela, coloquei ou não em causa de quem era aquele direito de superfície? Veio-se a verificar mais tarde que as obras feitas em 2010 e de quem era o estádio? O senhor presidente pode responder a isso. Não existia direito de superfície. Há aqui uma ilegalidade. Todos nós pagamos por ela, na reversão de 2,8 milhões de euros. Somos todos nós que pagamos. Tanto não existia direito de superfície que foi feito um em agosto de 2015 pela câmara municipal. Mesmo esse foi considerado pelo Tribunal de Contas uma simulação. Isto é ofensa para alguém? Onde está a falta de respeito?

O que pedi aqui com este requerimento, só quero saber o que consta no contrato. Estava de tão boa-fé, que até pedi ao senhor presidente para retirar este ponto para discussão enquanto não soubesse o conteúdo do contrato. Até disse que se fosse para votar hoje votaríamos contra, mas se fosse para retirar até conhecer o contrato, analisaríamos a proposta. Onde está a ofensa? São documentos públicos, mas quero que seja a assembleia municipal a fornecê-los. Já fiz aqui outros requerimentos e como já disse vou fazer outros a seguir. A intensão é esclarecer a verdade.

Já falei muito no Planalto Beirão. Custe a quem custar continuarei a fazê-lo, enquanto houver motivo para isso, falar na água, falar no Planalto Beirão, custe a quem custar e enquanto houver motivo para tal. Os senhores não lê notícias nos jornais? Há quinze dias saiu uma notícia no Diário do Centro uma pequena noticia sobre o Planalto Beirão, tal como há um mês atrás do Jornal do Centro saiu outra noticia um pouco maior, acerca da devolução de dinheiros provenientes de ajudas de custo e senhas de presença. Também não leram uma notícia que saiu neste último Diário do Centro, em que tinha aparecido uma fatura muito grande de um almoço em que foram ao restaurante e através da vídeo vigilância e verificaram que quem lá estava era um administrador do Planalto,



Handwritten signature: C. C. C. C.

que não sei quem é, num repasto com a família e foi o Planalto Beirão que pagou. É isso que vos incomoda? A mim não me incomoda. Incomoda-me não saber a verdade. Enquanto cidadãos, temos a obrigação de estarmos atentos, a zelar pelo nosso concelho. São dinheiros públicos que estão em causa.

Senhor presidente da Comissão Política do PSD tenha cuidado também com o que diz. Não diga que faço insinuações. Isso não são insinuações, são realidades. Tenha cuidado com a linguagem. Modere-se. Não é falar alto, é a forma de expressão, é as palavras, é o conteúdo.

Quero que os senhores presidentes digam quando lhes faltei ao respeito. Ponho em causa os direitos superficiários, porque há estas tentativas de escondimentos. Quem tem medo? Não foram pelas tentativas de encobrimentos, quando pelo MUAP e por mim próprio feitas perguntas ao Planalto Beirão acerca da concessão das Águas do Planalto? que se quiseram reservar no seu casulo. Mediante isso, qualquer pessoa mantém suspeitas. Não é crime nenhum ter suspeitas. O que é certo, é que já está provado que algumas suspeitas eram fundadas. Há outras que certamente virão a ser fundadas. Com certeza nem todas serão infundadas. Vamos aguardar. É isso que quero. Não é contra ninguém. É pelos princípios. Não há pessoas que não são sérias no Partido A ou no Partido B, há apenas pessoas que não são sérias. É isso que é costume dizer e digo-o em todo o lado. Muito obrigado.”

De seguida, interveio o deputado Ventura Gonçalves:

“Boa noite a todos. Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara.

Venho aqui fazer uma pequena declaração de voto, votei contra. Tenho a dizer ao colega Joaquim Santos que pode ter algumas razões no meio de muita coisa. Pessoalmente não tenho nada contra ele. Agora como membro da assembleia, acho que usa, aqui, uns tons, já dito por alguns colegas e não só hoje. Por outras alturas também, por não virmos ao palco muitas das vezes que não temos capacidades ou que somos burros. Mas se é para virmos para aqui fazer estas figuras. Já vem detrás e de há muito tempo, tem apresentado palavras sem nexos. É da genética, tudo bem. Agora é assim, fala-se que pelas pessoas, não tivemos a possibilidade académica que outros tiveram, mas por vezes há maus



investimentos como em tudo, porque vemos doutores formados que andam anos a moldar o cérebro e chegam á hora e são maus investimentos como por vezes pode aqui acontecer. Acho que o senhor tem capacidades. Somos amigos e já cá vim uma vez dizer, que mesmo a amigos ou em política há coisas que não se devem dizer. Tem capacidade para fazer melhor, portanto veja se não é um mau investimento. Muito obrigado.”

A deputada Marina Leitão continuou:

“Não se podem confundir duas coisas. Uma é um conjunto de dúvidas, legítimas, de opções feitas anteriormente, que já foram sufragadas pelo voto em que os eleitores decidiram em relação a essas opções. Mas, há uma coisa que não pode acontecer, que é os termos, a forma, mais agressiva, mais alta. Os termos em que se dirige. Não se dirigiu a mim diretamente. Não disse palavras pouco corretas para com a minha pessoa diretamente, mas foi para com todos. Estávamos habituados a discutir ideias com os partidos que aqui estão, não estava o Veiga, mas que é um membro importante que introduz ideias muitas vezes corretas e fá-lo de forma correta. Estávamos habituados a ter elevação na discussão. Saímos mais ou menos satisfeitos, porque tínhamos discutido as coisas, cada partido tinha exposto as suas ideias. Hoje, a maioria das pessoas diz que ir para a assembleia municipal “é uma seca”. Não me estou a referir às dúvidas, são legítimas. Não me sinto identificada com nenhuma das acusações que faz. Se houver que se avançar com investigação, que se faça. A verdade se não está a nu, que fique. A única coisa que peço, é que os termos sejam com moderação, sem nos estarmos a sentir agredidos. Obrigado.”

O presidente da câmara interveio:

“À pergunta objetiva, se alguma vez me senti ofendido? Já e já lhe disse pessoalmente, quando e porquê, acerca do documento sobre a descentralização de competências. Não foi na assembleia, mas foi na esfera política partidária. (O deputado Joaquim Santos perguntou se estava no documento o seu nome e o cargo por baixo). Acho que é o presidente da Comissão Política do PS. O que percebi, na generalidade das pessoas, não tem a ver com a ofensa dirigida pessoalmente, tem a ver com o registo e a forma mais inflamada, para quem não está tão vulgarizado com o debate parlamentar,



pode sentir mais ofensivo. Debate é debate e por vezes pode ser normal um registo, um tom ou agressividade que não é pessoal contra ninguém. Se estivesse na assembleia da república, o senhor presidente já lhe teria dito que não é a forma de se dirigir ao plenário e modere o tom, isto para lhe referir a forma tolerante desta Mesa.

No contrato de direito de superfície não há penalizações pelo não cumprimento. Não foi dada a possibilidade de fazer as obras à Tondelviva. A senhora conservadora não fará escritura sem que haja uma restituição, porque entende que se houve um recebimento do município, para restituir um bem tem de haver parte proporcional daquilo que está na sua esfera. Ficaria enquanto presidente, preocupado no valor da restituição, se o mesmo não fosse abatido em rendas contratuais. Estes valores hão-de ser deduzido nas rendas contratuais. Esta discussão pode ser adiada? A assembleia é soberana. Temos uma obra para qual tem de ser demonstrada a legitimidade da intervenção no espaço público, por essa razão quero restituir o direito pleno da propriedade à esfera do município. Juridicamente não há como não restituir financeiramente parte daquilo que foi recebido. Se tivesse estado no seu gozo o período que estava previsto, os trinta anos, viria à esfera do município gratuitamente.”

Continuou o deputado Manuel Veiga:

“Fazendo um parentese, quanto à forma de discussão. Cada um tem a sua forma e percebe que alguns são mais agressivos no tom de voz. Acho que não há necessidade de perdermos algum tempo com este tipo de situações.

Queria perceber na questão do direito de superfície, retirando aquilo que não foi usado, é fazer uma proporção e restituir-se na proporção o que se recebeu. Esta negociação desta forma é fechada? As rendas abatem? Ou seja, uma coisa cobre outra? Na realidade não é reposto nada do erário público, porque acaba por descontar do outro lado?”

O deputado Carlos Viegas por motivos pessoais saiu da assembleia.

O senhor presidente da câmara respondeu:



*Cláudio
Ferreira
Carlos*

“Com o devido poder de mediação que nos assiste, que o valor da renda mensal seja deduzido desta receita que por força deste pagamento é colocado a favor da Tondelviva.”

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação a assunção de compromissos que foi aprovada por maioria, com os votos contra dos membros: Joaquim Santos, Jorge Batista, Marta Franco e Jorge Manuel Marques. As abstenções dos membros: Manuel Veiga, e António Sérgio Almeida. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes

O deputado Manuel Veiga justificou a sua abstenção por não ser ainda claro e negociado a diminuição da renda contratuais.

O deputado Jorge Baptista por motivos pessoais saiu da assembleia.

2.6. Análise, discussão e votação de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesias

Tomou da palavra o presidente da câmara:

“O extrato da ata de 10 de fevereiro, descrimina os contratos interadministrativos com os montantes associados. Estão centrados na área da educação, nomeadamente transporte de alunos e da componente de apoio à família.”

Não havendo intervenções, foram os contratos interadministrativos de delegação de competências colocados à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral,



Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida

2.7. Análise, discussão e votação da declaração de interesse público da atividade pecuária da requerente Ilda Gomes Dinis Silva

O presidente da câmara explicitou:

“Tendo presente o estatuído no Decreto-Lei nº 175/201 e os documentos entregues, vem a esta assembleia para aprovação a proposta da câmara de declaração de interesse público de forma a regularizar a atividade pecuária.”

Não havendo intervenções, a declaração de interesse público da atividade pecuária da requerente Ilda Gomes Dinis Silva foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida

2.8 Análise, discussão e votação da resolução de expropriar com carácter de urgência uma parcela de terreno destinada à expansão da Zona Industrial do Lajedo

O presidente da câmara interveio:

“Há necessidade de reconfigurar um arruamento na zona industrial do Lajedo. Por essa razão o município já adquiriu algumas parcelas. Numa parcela, existe dois titulares. Não podendo por em causa o adiamento desse investimento em infraestruturas



municipais, promoveu-se a devida expropriação com carácter de urgência, colocando à guarda da entidade competente o montante da avaliação feita pelo perito avaliador independente certificado pelo Tribunal, para quando as entidades judiciais decidirem quem é o proprietário lhe se já paga a importância.”

Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida

2.9.Outros assuntos de interesse para o Concelho

Iniciou-se o ponto, com a intervenção do deputado Joaquim Santos:

“Senhores deputados devem estar lembrados que na última sessão da assembleia, em novembro, apresentei uma proposta de recomendação que foi recusada e que dizia respeito ao gabinete de advogados. Também devem estar lembrados que estava aqui uma munícipe, da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares, que veio colocar uma questão ao senhor presidente da câmara. No final da assembleia, essa senhora veio ter comigo e disse que eu tinha razão naquilo que tinha tido e mostrou-me uma carta desse mesmo gabinete de advogados, gabinete a quem a senhora tinha recorrido para tratar do assunto que aqui expôs. Tudo isto veio a propósito do que aqui coloquei na altura do conflito de interesses. Na altura até evoquei o conflito de interesses com entidades públicas, associações, juntas de freguesia, etc. obviamente que também há interesses sobrepostos quando se trata do público em geral. Foi isso que aconteceu. Eu vi e não fui só eu que vi, aliás o senhor presidente da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares também lá estava. Esse gabinete de advogados contratado pela senhora foi ao local várias vezes, contactou os serviços da câmara, isto é prestou um serviço àquela munícipe. Quando chegou a “hora da verdade” mandou uma carta à senhora a dizer “a partir de agora como



somos advogados do município não posso continuar com este processo”. Eu fiz a pergunta à senhora, “ a senhora pagou-lhe? Ou devolveram o dinheiro?” e ela respondeu que tinha pago e não lhe tinham devolvido o dinheiro. Agora os senhores pensem o que quiserem. O que é certo, não só por isso e no pressuposto continuo a ter algumas dúvidas. Quero perceber os contornos com que esse gabinete trabalha com o município e faço um requerimento (que se transcreve) ”

“REQUERIMENTO

Ex. mo Senhor

Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Tondela,

O Grupo Parlamentar do Partido vem, através da mesa, requerer que lhe sejam fornecidas cópias da conta corrente do gabinete de advogados avençado pela Câmara Municipal de Tondela.”

Continuou com a apresentação de um segundo requerimento que se transcreve:

“REQUERIMENTO

Ex. mo Senhor

Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Tondela,

O Grupo Parlamentar do Partido vem, através da mesa, requerer que lhe sejam fornecida cópia da memória contratual da parceria realizada entre o Município de Tondela e a Tondelviva, que se veio a concretizar na construção do Parque Urbano da Cidade de Tondela, Fase 1.”

Continuou:

“Á cerca de um ano anunciei que ia solicitar estes documentos. Quero perceber como é que naquele Parque Urbano, como se chega a uma renda de cerca de quatrocentos e sessenta mil euros por ano a pagar por trinta anos. Quero perceber, porque é que aquele parque, apesar de se tratar de uma PPP vai custar aos munícipes de Tondela ao fim de estar pago cerca de vinte milhões de euros. Vinte milhões de euros é 80 % do orçamento municipal. “



Entregou um terceiro requerimento, que se transcreve:

“REQUERIMENTO

Ex. mo Senhor

Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Tondela,

O Grupo Parlamentar do Partido vem, através da mesa, requerer que a Direção da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB) responda às seguintes perguntas:

1 – Conforme notícias da Comunicação Social, houve membros da anterior gestão dessa entidade que devolveram dinheiro referente a senhas de presença e/ou ajudas de custo.

Quem foram esses elementos e que quantias foram repostas por cada um?

2 – Conforme notícias da Comunicação Social, a investigação que incide sobre as contas da AMRPB associou uma fatura de valor elevado, a um “administrador” dessa entidade e que aludia um almoço com familiares, tendo como prova as imagens de videovigilância do restaurante onde o repasto foi efetuado

De quem se trata, qual o restaurante e qual o valor dessa fatura?

3 – Conforme consta em documentos fornecidos pela AMRPB, os anteriores membros do Conselho Executivo, embora reunissem uma vez por semana, receberam, durante alguns anos seguidos, e durante 12 meses por ano, sem sequer usufruírem de uns merecidos períodos de férias, um valor correspondente a um número fixo de senhas de presença: o presidente, 12 senhas de presença por mês e os vice-presidentes, 8 senhas de presença por mês, apesar da generalidade dos meses apenas terem 4 semanas.

Pelo menos, um órgão de Comunicação Social fez eco que algum ou alguns dirigentes de então teriam já devolvido valores consideráveis. A ser verdade,

a) Quem foram esses ex-membros da associação que devolveram dinheiro?



- b) Qua valores, e por cada um, se for o caso, foram devolvidos?
- c) Em que rubrica de receitas da AMRPB foram contabilizados esses valores?
- d) Após a tomada de posse do atual Conselho Executivo da AMRPB, algum, alguns ou todos os membros tiveram conhecimento que os seus antecessores, depois de terem legalmente negado o direito a senhas de presença, continuaram a receber alguma verba compensatória mensal?
- e) Se sim, qual o seu valor?
- f) De que forma recebiam esse dinheiro ou compensação?
- g) Qual a entidade que promovia essa “remuneração”?”

O presidente da mesa colocou à votação o primeiro requerimento, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

De seguida, o senhor presidente da mesa colocou à votação o segundo requerimento, que foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O presidente da mesa continuou com a colocação à votação do terceiro requerimento, que foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera



Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Franco, Alfredo Cabral, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Manuel Marques, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O presidente, de seguida, interveio:

“Ao último requerimento entregue pelo deputado Joaquim Santos não encontrará resposta muito diferente da Associação de Municípios daquela que foi remetida, sobre a generalidade das alíneas, até hoje. É uma matéria que está em segredo de justiça, pelo que deve dirigir o requerimento à Polícia Judiciária. Como há uma pergunta que me diz respeito, quando faz a pergunta “do atual conselho de administração conhece ou conhecia que continuou ou continuasse a ser pago ou avençado algum dos anteriores membros do conselho de administração?”. A essa pergunta, respondo que desconheço qualquer pagamento que tenha ocorrido após outubro de 2013 a qualquer dos anteriores membros do conselho de administração. (O deputado Joaquim Santos esclarece que se refere após 2007, quando foi conhecido a ilegalidade de recebimento de senhas de presença).

Sobre o requerimento que vai chegar ao município em que pede memória contratual do Parque Urbano, o termo contratual não sei a que se reporta. Querirá dizer projeto? Memória descritiva? Os documentos que estão na posse do município são os que são públicos: direito de superfície, contrato de locação e de sublocação. Todos os demais, o município terá de pedir à Tondelviva. À Tondelviva assiste o direito ou não de facultar.

O valor da avença do gabinete de advogados é de 1 227€ mensais com IVA incluído. Os contratos de assistência jurídica têm um valor definido. O contrato de consultadoria jurídica é referente a um conjunto de questões que estão pré-definidas. Quando se nomeia um advogado para patrocinar ou representar o município em processo judicial, nessa circunstância é peça a peça, que pode variar consoante o caso.”



3. Período aberto ao Público

Não houve intervenientes.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente sessão da assembleia municipal e foi lavrada a presente ata para constar.

O Presidente: Carlos Correia

O 1º Secretário: Ilídio José

O 2º Secretário: Carlos Manuel Silva

29/2/2016

anexo 1

Carlos

EXmos

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tondela,

Presidente da Câmara Municipal de Tondela,

Sr^{as} e Srs. Membros desta Assembleia,

Publico presente, Comunicação social.

Pelo decreto lei 30/2011 de 2 de março foi criado o Centro Hospitalar Tondela Viseu que juntou o Hospital São Teotónio de Viseu e o Hospital Cândido de Figueiredo de Tondela, com o Departamento de Saúde Mental de Abraveses e que entrou em funcionamento a 1 de abril de 2011.

Ainda temos na memória as voltas que esta agregação deu em torno da reivindicação efetuada sobre a designação de Centro Hospitalar Tondela- Viseu. Um longo caminho foi percorrido, por profissionais, utentes e responsáveis políticos, até ao dia de hoje, com as naturais apostas em projetos ou meios diferenciados, cremos que sempre tendentes para o bem de quem procura essa estrutura regional fundamental, na área da saúde.

Esta unidade que aqui referimos, o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, foi, desde essa data, recebendo doentes de uma área considerável, que engloba os distritos de Viseu e Guarda, num total de 27 concelhos.

No entanto, para o antigo Hospital Cândido de Figueiredo, foi idealizado pela ainda atual administração do Centro Hospitalar Tondela- Viseu um projeto de rentabilização dos recursos existentes, potenciando, para esta estrutura da nossa cidade e concelho, uma aposta na cirurgia de ambulatório, com a rentabilização mais acentuada das duas salas de bloco operatório que, entretanto, tinham sido disponibilizadas.

A ideia foi apresentada em tempo, aos representantes desta assembleia e da autarquia, pelo presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, Dr. Ermida Rebelo

Procurava-se, com esta ideia, descongestionar o bloco operatório de Viseu, possibilitando mais intervenções cirúrgicas em Tondela, com maior possibilidade de ambulatório para os utentes, pelo período de, no máximo 24h, quando necessário.

Potenciava-se, com esta medida, a passagem de uma estrutura de nível local para uma estrutura de nível regional, com a melhoria da satisfação dos intervencionados e dos profissionais do setor.

Era uma aposta forte no sentido da valorização dos recursos existentes, da valorização de profissionais competentes e na procura de uma referenciação de projeção regional que exigia a entrega de todos os atores desta área da saúde.

Procurando, sempre, pautar a intervenção pela maior aproximação dos cuidados de saúde às populações, pelo empenho no aumento do numero de valências diferenciadas no Hospital de Tondela e a replicação das consultas de proximidade,

Carlos

sempre que possível, alargando o leque de Viseu para Tondela, fomos assistindo ao empenho notável de todos os profissionais ligados à estrutura que antes designávamos por Hospital de Tondela Cândido de Figueiredo, Essa ação consubstanciou-se no aumento do número de consultas externas e consultas referenciadas, na melhoria do tempo médio de espera, no aumento do número de utentes operados e na potenciação do serviço de ambulatório, entre outros.

Também na área das Urgências de referenciar que, neste mês e meio de 2016, foram atendidos nesta Unidade Hospitalar uma média de 500 utentes, por dia e que se preveem investimentos significativos a serem realizados nesta área.

E, também POR ISSO, vimo realçar aqui, HOJE, o grande sentido de responsabilidade, abertura e coerência do conselho de administração com as estruturas centrais e locais autárquicas que nos levam hoje a ver, de modo extremamente positivo, o facto do Centro Hospitalar Tondela- Viseu SER A UNIDADE HOSPITALAR QUE FAZ MAIS CIRURGIAS DE AMBULATÓRIO NO PAÍS E COMO TAL, A COLOCAR O ENFOQUE NA UNIDADE HOSPITALAR DE TONDELA, NOS SEUS PROFISSIONAIS E NO EMPENHO QUE VÊM COLOCANDO NESTA MISSÃO DE BEM SERVIR COM ELEVADO PROFISSIONALISMO E NO ERGUER DO NOME DE TONDELA PELO PAÍS FORA.

São apostas ganhas! ESTAMOS COMPLETAMENTE SATISFEITOS? NÃO!

Teremos de continuar a procurar cada vez mais e melhores cuidados de saúde e melhor e mais fácil acesso à saúde, no espaço do nosso concelho e do nosso distrito.

SEM DEMAGOGIAS, mas apostando responsavelmente em projetos exequíveis e de significativo valor para as aspirações dos utentes das nossas estruturas de prestação de serviço na Saúde.

→ **POR ISSO, O PSD VEM AQUI APRESENTAR PELO NOTÁVEL DESEMPENHO, UM LOUVOR À ADMINISTRAÇÃO, AO PESSOAL MÉDICO, AO DE ENFERMAGEM E AO DE APOIO, DO CENTRO HOSPITALAR DE TONDELA- VISEU, com particular relevância para as equipas do Hospital Cândido de Figueiredo.**

E, já que falamos de Saúde, vimos aqui abordar uma problemática que já teve muitos estudos e que sucessivos governos foram adiando no tempo. Quero referir-me a possibilidade de instalação de um serviço de oncologia, com uma unidade de radioterapia no espaço do Centro Hospitalar de Tondela –Viseu. O sr. Secretário de Estado da Saúde Manuel Delgado, afirmou há dias em Viseu que iria, brevemente, tomar uma decisão sobre a questão em análise mas que, apesar de já haver muitos estudos sobre a possibilidade de localização do citado equipamento, iria promover outros, dentro dos parâmetros que se seguem:

-Localização que mais se aproximar das recomendações internacionais.

-Implantação analisada numa perspetiva de índole regional e não local, apesar de ter consciência da antiga reivindicação de Viseu para esse equipamento,



-Numero de doentes para rentabilização do equipamento,

E aspetos financeiros do problema.

Realçamos abordagem ao problema feita pelo sr. Secretário de Estado. E relembramos as naturais ambições e objetivos dos profissionais e autarcas da nossa área distrital para que um equipamento de Oncologia seja colocado ao dispor das nossas populações.

SE falamos de Beira interior a Centralidade é evidente e os bons resultados também.

Por isso vimos aqui relembrar que esperamos pela decisão. Mas esperamos que não venha a aparecer por aí, alguma corrente de vento forte, a exemplo de anterior ação com a faculdade de medicina, que possa vir a querer implantar a unidade de radioterapia em Hospitais situados mais perto da fronteira com Espanha.

È só para nos acautelarmos e, juntos, podermos fazer valer as nossas reivindicações em defesa das nossas terras e das nossas gentes.

Aguardamos para ver.

ando 2
Oliveira
Fins
Caldas

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela
Exmo. Senhor Presidente da Câmara municipal de Tondela, Exmos.
Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia
Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O orçamento de estado para 2016 é, de facto, “mau” porque encerra muitas incertezas, insuficiências e incongruências mas não surpreende, era até expectável...

O país assistiu ao “vivo e a cores” a um evidente **casamento por conveniência** entre o PS, PCP, Bloco de Esquerda e Verdes que no caso só se justifica por interesse porque amor evidentemente não existe...

E tanto assim é, que logo que nasceu o “primeiro filho”, diga-se o orçamento de estado para 2016, todos se apressaram a impugnar a sua paternidade: com o PCP e o Bloco de Esquerda a fazerem questão de concertadamente assinalar que este não é o orçamento dos respetivos partidos. “*Este não é o orçamento do PCP*”, disse Jerónimo de Sousa e “*Não é o orçamento do Bloco de Esquerda*”, afirmou Catarina Martins.

Então é o orçamento de quem? Pergunto eu!

Esta incerteza da paternidade haveria de traduzir-se nas inúmeras “incoerências” da proposta orçamental que o Governo de António Costa anuncia como a viragem da página da austeridade, mas que “é afinal um exercício de redistribuição de impostos”.

*Alcides
Fins
Cados*

O Executivo dá com “uma mão”, mas “tira disfarçadamente com a outra” com notórias “preocupações eleitorais” e isto é que é grave...

Altera-se o IVA da restauração mas mantem-se a taxa intermédia nas senhas escolares....

Altera-se o IVA das bebidas mas só quando consumidas nos restaurantes...

Distribuem-se passes gratuitos...

Aumenta-se o combustível mas reduz-se o IRC nas empresas transportadoras apenas porque as outras são bastardas!

Mas sejamos benevolentes...

António Costa tem consciência....consciência e responsabilidade até...

A consciência de que perdeu as eleições e para quem não entenda tem a responsabilidade de não as ter ganho, ponto.

E esta verdade indesmentível haverá, lamentavelmente, de nortear a sua política.

Para nascer e singrar, António Costa teve assim muito que pedalar em direção aos anseios dos seus “dois amores” Bloco e PCP, caso contrário os papéis do divórcio já teriam dado entrada...

Um dia houve que dar feriados, prometer reduções de horários ou reverter privatizações; depois houve que dar ao pedal para seduzir o Bloco pondo a EDP a pagar o alargamento dos beneficiários da tarifa social de energia; no outro dia houve que fazer a banca ou os fundos imobiliários pagar mais impostos para piscar o olho ao PCP; no terceiro há que renovar juras eternas à Constituição; no quarto logo se verá o que por aí vem....

*Clay
Fm
Cados*

Pelo caminho, o cônjuge mais submisso tem de se focar no alibi da esquerda, Pedro Passos Coelho, que é afinal a sua principal fonte de energia...e que o ajuda a ultrapassar os dias mais difíceis das crises conjugais...

Por ele (Pedro Passos Coelho) fazem tudo....Cedem a tudo!

Proclamam o fim da austeridade, a austeridade desapareceu, apesar do anúncio de mais de 800 milhões de novos impostos...ah mas agora chamam-lhe restrições orçamentais...

O povo está cansado...descrente...não se augura nada de bom...

Mas numa coisa estamos de acordo: a principal façanha da tal "geringonça" como lhe chamam foi obrigar os partidos da esquerda extrema a aceitar a política como a arte da ilusão.

Pela primeira vez, Bloco e PCP obrigam-se a partilhar reformas, as regras da política financeira, o cumprimento das regras da moeda única, a reconhecer que há um perigo que paira sobre o país endividado e que carece de empréstimos para não se afundar.

O Bloco, o PCP e os Verdes, é certo, continuam alegremente a falar da nacionalização da banca ou dos transportes, hão-se exigir a renegociação da dívida, a taxação das fortunas, o aumento de salários desligado da produtividade ou começam a definhar e morrem...

E o Governo lá se vai multiplicando em explicações.

*Alcides
Ferreira
Caldas*

Veja-se o anúncio feito pelo PCP de que iria apresentar uma proposta de resolução recolocando sobre a mesa o debate sobre a reestruturação da dívida, para se negociar os seus “juros, prazos e montantes”. O Bloco de Esquerda também quer retomar a discussão, e voltou a levantar essa bandeira no debate do Orçamento do Estado.

Qua falta de responsabilidade e oportunidade...

Para um Governo que acaba de ver passar com muito constrangimento em Bruxelas o seu orçamento e tem pela frente uma difícil execução, o assunto era escusado.

Em suma, estamos a financiar “ideologias” e experimentalismos dos devaneios amorosos da esquerda que não podemos deixar de registar e repudiar.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Deputados, Senhores Vereadores,
Comunicação Social

Um dos maiores desafios que se coloca à governança dos territórios de baixa densidade é a busca de soluções de mobilidade que represente desenvolvimento económico para empresas e cidadãos.

Perante inúmeros anúncios públicos, números mediáticos, desfasamento entre palavras e ações concretas, começam a desenhar-se as orientações estratégicas do governo da nação.

Com solavancos, desvios de conveniência, convulsões e cedências, refúgios em estudos, ou fugas para a frente onde importa concretizar, vislumbramos hoje o plano de mobilidade para a nossa região.

Nesse sentido, e como autarcas de base local, é nossa obrigação analisar, discutir e intervir nas opções para o nosso território, tendo sempre em linha de conta o melhor para as nossas comunidades.

Quanto à ferrovia, já percebemos que o executivo deu continuidade ao PETI do governo anterior, entendeu que os dois projetos elaborados no passado representam coesão territorial, falo da requalificação da Linha da Beira Alta e da ligação Aveiro/Vilar Formoso.

Sabemos também, e tal como vínhamos alertando, que não há fundos para as duas escolhas, e que avançará de imediato a requalificação da Linha da Beira Alta, dando sequência ao propósito definido pela anterior Secretaria de Estado das infraestruturas, transportes e comunicação.

Perante este anúncio, Tondela terá que definir a sua estratégia potenciando este corredor para as suas pessoas e bens, encontrando soluções que liguem os nossos municípios e parques industriais a este interface.

Aliás a questão semântica já foi sobejamente discutida neste fórum, metro de superfície, mini autocarro, jato ou helicóptero, é indiferente a designação, importa realmente um meio de ligação, eficaz e com sustentabilidade ambiental.

Quanto à rodovia apresentam-nos uma não solução, uma inevitabilidade previsível quando se coloca os eleitorados à frente das comunidades.

Valem-se da realização de estudos, refugiam-se na não existência de financiamento e vão marcando compromissos já para Setembro de 2017.

A reboque de que vão encontrar financiamento público, ludibriam-nos, não sabemos se para a Via dos Duques, ou para qualquer outro Conde que apareça noutra traçada, mas no Outono do próximo ano teremos novidades.

Caros Deputados,

Temos todos que fazer o exercício sobre o que é realmente indutor de desenvolvimento para o nosso concelho.

Nós sabemos qual é a solução, e defenderemos até às últimas consequências a beneficiação do atual traçado do IP3, sem custos para o utilizador.

Qualquer autoestrada portajada nunca poderá ser sobreposta ao atual itinerário.

Não há disponibilidade para se rasgarem contratos de concessão de transportes só por motivos ideológicos, contentando parceiros de governação e centrais sindicais?

E já que em Tondela vamos ser duplamente penalizados, porque vamos pagar novamente a rede de transportes em Lisboa, e o imposto sobre os produtos petrolíferos, porque somos obrigados



*Clara
dos
Cardeiros*

a andar de carro; não haverá por aí alguém de esquerda que defenda a coesão territorial e que torne a atual beneficiação do IP3 como um desígnio nacional, aliás, em sintonia com as palavras da cabeça de lista de Viseu pelo partido socialista.

Assumiremos esta luta pelas nossas populações, com ou sem esquerda, porque a requalificação deste eixo viário é prioritário para o plano de mobilidade da nossa região.

Vera Machado

MOÇÃO

“BENEFICIAÇÃO DO IP3 - UM DESIGNIO NACIONAL”

Considerando que o IP3 representa um eixo de comunicação fundamental para a Região Centro.

Considerando que esta via desempenha a principal ligação do interior com outros polos de desenvolvimento regional e por sua vez o elo viário para as grandes áreas metropolitanas, sustentáculo viário estrutural para os territórios circundantes a esta infraestrutura.

Considerando a sua importância no plano da mobilidade empresarial, sendo o principal eixo de transporte de mercadorias das empresas da região.

Considerando que o seu traçado se encontra degradado e que necessita de uma beneficiação urgente, constituindo hoje uma ameaça à segurança de pessoas e bem.

Considerando que, tratando-se de eixo vital para a coesão territorial, não poderá ser portajado, sob pena de se tornar num entrave comprometedor do desenvolvimento da Região.

Perante o exposto, é fundamental considerar a beneficiação do IP3 como um desígnio nacional, integrando este investimento nos eixos prioritários de mobilidade nacional.

Assim, consideramos que o atual Governo de Portugal ao comprometer-se na busca de uma solução de financiamento público, deve privilegiar a requalificação do atual traçado, enquanto solução que mais beneficia as nossas populações e menos onera o erário público, e por essa razão sem portagens.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Tondela, 29 de Fevereiro de 2016

*Enviar cópia à ANMP, ao Ministro do Planeamento e Infraestruturas e Secretário de Estado das Infraestruturas.

ando 5
Cláudio
Torres
Carlos

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

NATURAL DE TONDELA, ONDE NASCEU EM 1939, CLÁUDIO TORRES, EMBORA A RESIDIR EM MÉRTOLA HÁ JÁ BASTANTES ANOS É SEM DÚVIDA NENHUMA UMA DAS FIGURAS MAIS PROEMINENTES NASCIDAS NO NOSSO CONCELHO. O SEU VASTO ESPÓLIO NO DOMÍNIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL, NOMEADAMENTE NA ARQUIOLOGIA, NA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E NA MUSEOLOGIA SÃO QUASE IMPARES NO NOSSO PAÍS. NO SEU VASTO CURRÍCULO, CLÁUDIO TORRES FOI O FUNDADOR E DIRETOR DO CAMPO ARQUIOLÓGICO DE MÉRTOLA, FUNDADOR E DIRETOR DA REVISTA “ARQUIOLOGIA MEDIEVAL”, DOUTOR “HONORIS CAUSA PELA UNIVERSIDADE DE ÉVORA, PRÉMIO FERNANDO PESSOA EM 1991 E MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DO INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUIOLÓGICO (IGESPAR) DESDE 2006. EM 2001 É NOMEADO REPRESENTANTE DE PORTUGAL NO COMITÉ DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO E DESDE 1996 A 2007, É CHAMADO A PRESIDIR À COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DOS MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS.

EM NOVEMBRO DE 2015, O PAPA FRANCISCO, RECONHECE O ENORME TALENTO DE CLÁUDIO TORRES, QUE DESCOBRIU NO CAMPO ARQUIOLÓGICO UM BAPTISTÉRIO ROMANO, ÚNICO EM TODO O MUNDO.

COMO ESCRITOR, CLÁUDIO TORRES É UM MESTRE NA CULTURA ISLÂMICA, TENDO PUBLICADO ENTRE OUTRAS AS SEGUINTE OBRAS – “O GHARG AL-ANDALUZ”, “A ARTE ISLÂMICA NO OCIDENTE ANDALUZ” E O “LEGADO ISLÂMICO EM PORTUGAL”.

A ESTE HOMEM, FILHO DA NOSSA TERRA, E QUE TEM LEVADO O NOME DE PORTUGAL A TODOS OS CANTOS DO MUNDO, QUERO

PRESTAR ESTA SIMPLES E SINGELA HOMENAGEM QUE JULGO SER
DE INTEIRA JUSTIÇA, ATRAVÉS DESTE VOTO DE CONGRATULAÇÃO
POR O TODO O EXTRAORDINÁRIO TRABALHO DESENVOLVIDO
POR CLAUDIO TOREES.

Abilio Rodrigues dos Santos

ABILIO RODRIGUES DOS SANTOS

Abilio Rodrigues dos Santos

ando 6
Cláudio
Cardos



PCP-PEV 

Saudação

Dia Internacional da Mulher – 8 de Março

**Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa,
livre de desigualdades e discriminações**

O Dia Internacional da Mulher transporta para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas e que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar uma luta de todos os dias.

Em Portugal percorre-se um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.

A Assembleia Municipal de Tondela, reunida a 29 de Fevereiro, saúda as mulheres que vivem neste concelho e apela a que, com determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.

Tondela, 29 de Fevereiro, de 2016

O eleito pela CDU

Manuel Veiga

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 14 de novembro 2015 a 26 de fevereiro 2016)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 16 de novembro, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- com responsáveis das empresas Fresenius Kabi (Plano de investimentos e licenciamento da Nova Unidade), Santander Totta, Campo d'Água (conclusão do Projeto de emissários de Fial/Caparrosninha e Caparrosa/Caparrosninha), Energetix (Parque Eólico do Caramulo), Embeiral, Cotefis (2 reuniões-projeto saneamento de Valverde), Itecons e presidente da U.F. de Barreiro de Besteiros / Tourigo (reabilitação Piscinas do Tourigo), Floponor (no âmbito da empreitada do Estádio João Cardoso), Qbeiras, Civibérica (Conclusão dos trabalhos Circular Poente – 3ª fase), Águas do Planalto (plano de investimento das ampliações das ZIM's), Quinta do Vale Minhoto, Rui Costa & Sousa (investimentos no âmbito da Regeneração Urbana – Privada), da plataforma “MyPortugalUp” – Plataforma de apoio à captação de investimento Chinês e promoção do comércio com a plataforma asiática, Soditondela (requalificação/reabertura Intermarche – 15 a 18 postos de trabalho), Amadeu Gonçalves Cura (redes de saneamento), Cipriano Pereira de Carvalho e Filhos, Lda, Lugar do Plano (Pano de Pormenor da ZIM Tondela e futura revisão PDM);
- com responsáveis de diferentes entidades, nomeadamente da IPSS de S. Miguel do Outeiro, da ACERT, do Museu do Caramulo, da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Vale de Besteiros, da ADS;
- com responsáveis da CCDRC (5 reuniões), sendo a última no âmbito da suspensão parcial do PDM de Tondela;
- com Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia de Caparrosa / Silves, S. Miguel do Outeiro / Sabugosa, Mouraz / Vila Nova da Rainha, Barreiro de Besteiros / Tourigo, Tonda, Lajeosa do Dão, Campo de Besteiros;

- com responsáveis do Tribunal de Contas (2 reuniões);
- com os funcionários do Município no âmbito do Acordo Coletivo do Empregador Público, a que se seguiu negociação com o STAL e SINTAP, tendo-se estabelecido um acordo com esta última entidade.

Hoje mesmo, iniciou-se o novo horário de 35h semanais.

Tal como referi aos nossos colaboradores, julgo que seria mais vantajoso para os mesmos que, ao invés do governo pretender reduzir o horário de trabalho, tivesse descongelado as progressões remuneratórias.

Não é trabalhando menos horas que as pessoas passam a ter mais rendimentos!

- visitas de trabalho às freguesias de Molelos, Campo de Besteiros, Parada de Gonta, Guardão, U.F. de S. João do Monte / Mosteirinho (2 visitas), Caparrosa / Silves;
- no Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões (5 reuniões)
- com o presidente do Instituto Português da Juventude e do Desporto;
- no Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- na Assembleia Geral da ADICES;
- no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo;
- na sessão de abertura da plataforma de cooperação institucional da CIM Viseu Dão Lafões, de onde surgirão diferentes redes de trabalho para monitorização da execução do Pacto de Desenvolvimento e Crescimento Territorial;
- no Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (3 reuniões);
- na sessão de apresentação do programa “Simplex” com a presença da Sr^a Ministra da presidência e Modernização Administrativa;

- com responsáveis da DGESTE (projeto de reabilitação da Escola Secundária de Tondela);
- com responsáveis da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e da empresa CESPA;
- com responsáveis da Transdev e Tondela+10 e – perspectivas dos planos de mobilidade;
- visita à ZIM de Tondela com potenciais investidores e representantes da AICEP (2 visitas);
- com responsáveis da Agência Portuguesa do Ambiente;
- no Conselho regional da CCDRC;
- na sessão de trabalho com a CCDRC do PO Centro 2020;
- com possível investidor da área tecnológica;
- com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente - CIM Viseu Dão Lafões;
- com a Associação de Freguesias da Serra do Caramulo;
- com os pais da instituição “Recreio do Caramulo”;
-

- Processo de revisão do Plano Diretor Municipal

Tal como afirmámos, tomaremos a iniciativa de promover a revisão do PDM.

O objetivo central prende-se com a adequação deste instrumento a uma melhor gestão do espaço florestal e agropecuário, a silvo pastorícia, e a adaptação às alterações climáticas, no quadro do investimento do sector primário, vital para a fixação de atividade económica nos espaços agrícolas e florestais, ao mesmo tempo que reforçará novas perspectivas de investimento.

Um outro objetivo prende-se com a incorporação das medidas decorrentes do projeto ClimAdaPT.Local que envolve as respostas Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas de Tondela - vulnerabilidades, riscos, oportunidades e medidas. É sintomático o facto de o Município estar

envolvido numa ação pioneira, no quadro nacional, sendo um dos casos piloto - que já permite perceber ser necessário responder aos riscos de erosão, à gestão do espaço florestal e à construção de bacias de retenção, capazes de reagirem aos aumentos atípicos de caudais inerentes a períodos de pluviosidade extremamente elevada, a que se associam constantes ações de impermeabilização dos solos.

Ao invés do passado, a revisão do PDM, não pretende, em primeira instância, criar novas expectativas em espaços urbanos, mas antes, contribuir para regular e obrigar as entidades que tem jurisdição nestes domínios, nomeadamente o ICNF, a participarem num plano alargado que procure equilibrar as dimensões económica e ecológica com o turismo.

Para tal, é indispensável a existência de cartografia homologada pela DGT à escala 1:10 000, o que será materializado durante o 2º semestre, decorrente do concurso público entretanto já lançado pela CIM, no quadro de financiamento oportunamente conseguido.

Ao mesmo tempo, e visando a elaboração de futuros planos de pormenor quer a área da cidade de Tondela, quer das vilas de Campo de Besteiros e do Caramulo, bem como outras áreas do concelho onde sejam previsíveis planos de execução ou de pormenor, será elaborada cartografia homologada à escala 1:2000.

- Expansão da ZIM Tondela

É por esta razão, a morosidade da obtenção da cartografia homologada à escala 1:10 000, e porque a área de expansão da ZIM de Tondela ocorrerá em espaço classificado, atualmente, como espaço florestal, que se impõe a elaboração de um Plano de Pormenor para a expansão desta ZIM, que poderá ser faseada, donde resultará uma operação cadastral e de loteamento.

Esta operação já se iniciou com a necessária deliberação em reunião de Câmara, decorrendo a construção das medidas suspensivas e resolutivas, no quadro da CCDRC, após o que virá a esta Assembleia para a devida discussão e deliberação, o que deverá ocorrer com muita brevidade.

Em paralelo, está em fase bem avançada o projeto de expansão e reabilitação da ZIM Tondela, com trabalho prospeção de terreno – geomorfológica. Estima-se que o projeto de execução possa aproximar-se de 3 milhões de euros, sendo uma dos grandes investimentos desta década.

- Reconversão da Escola Secundária de Tondela

No quadro das ITI - Intervenções Territorialmente Integradas, como já referi várias vezes, obras nos domínios da educação, da cultura, da saúde e dos parques de localização empresarial, só poderão ser financiadas desde que acordadas com as entidades da administração regional e validadas em Bruxelas.

Estão expressas no nosso Plano de Atividades essas intervenções, pelo que iniciámos a avaliação/auditoria da intervenção na Escola Secundária de Tondela, em articulação com a DGeste, visando a avaliação do projeto e respetivo custo.

Não deixo de referir que, neta área, desejamos alargar a nossa intervenção a outros estabelecimentos escolares, nomeadamente as escolas básicas de Tondela e Campo de Besteiros, assim que haja reforço financeiro no quadro do PT 2020.

- Dia do Hospital do Centro Hospitalar Tondela - Viseu

O Município teve a honra se estar presente na Sessão Solene do Centro Hospitalar, a convite do Sr. Presidente do Conselho e Administração desta Unidade, Dr. Ermida Rebelo.

Se é verdade que aquando da constituição do Centro Hospitalar Tondela – Viseu, o princípio estava muito focado em não valorizar a Unidade Cándido de Figueiredo, hoje, com a valorização integral das respostas e dos profissionais, dando-lhe uma grande amplitude no domínio do ambulatório, demonstrou-se que quando consideramos e respeitamos o contributo de todos, se conseguem alcançar mais rapidamente e de forma duradoura

objetivos estratégicos, sólidos, consolidados, que em muito contribuem para a projeção da região e para o excelente desempenho desta instituição.

Importa realçar, como os dados revelados o atestam, que a unidade de Tondela – Hospital Cândido Figueiredo, neste quadro de valorização, é a unidade onde o serviço de ambulatório de todo o Centro hospitalar é desenvolvido, o que releva a importância estratégica desta unidade, tanto mais quanto o CHTV é o que, no contexto nacional, apresenta maior produção de ambulatório, o que é absolutamente relevante para a nossa região.

Merece ser valorizado o sentido estratégico e liderante da sua administração, a par do sentido de elevada responsabilidade de todos os seus colaboradores, o seu sentido humanista, a sua dedicação, e a forma como desempenham profissionalmente as suas funções.

Na circunstância, tive a oportunidade de me referir ao esperado investimento na unidade de radioterapia, que estará em acusa, atentas as declarações do Sr. Secretário de Estado da Saúde Dr. Manuel Delgado, que, não valorizando estudos sólidos, ensaiou justificações regionais para deslocar este investimento para outra região da Beira Baixa.

De igual forma, não deixei de referir a problemática da nossa rede de cuidados primários de saúde, que não pode ser dissociada de toda a pirâmide de proteção, sendo em muitos casos absolutamente necessário consolidar a rede de clínicos de medicina geral e familiar, pois investindo-se na rede primária, evitar-se-á a drenagem para unidades mais diferenciadas, onde o custo tem um valor maior, o transtorno para o utente

poderá também ser maior e a resposta de proximidade nem sempre está presente.

Neste domínio, importa referir o acompanhamento da Instalação da USF de Canas de Santa Maria – inclui unidade de Lajeosa do Dão e a futura criação da USF e Tondela – que incluirá a unidade de Molelos.

Como também é de referir a visita à Extensão de Saúde de Campo de Besteiros com técnicos da ARSCentro e do Município, visando a definição do programa de reabilitação dessa USCP.

Realço a excelente cooperação institucional, quer com os profissionais de saúde, quer com a Administração Regional de Saúde na pessoa do Sr. Presidente Dr. José Tereso.

- Infraestruturas Ferroviárias e Rodoviárias

Como é do conhecimento geral, no Conselho da Região Centro, que decorreu no passado dia 15 do corrente mês e onde estive presente, em Castelo Branco, o governo anunciou a decisão política de, no domínio do corredor centro Norte da Ferrovia, entre as duas opções que o governo anterior havia apresentado a Bruxelas, avançar a requalificação da linha da Beira Alta.

A intervenção virá permitir a circulação de comboios de mercadorias, com comprimento máximo de 750m, que se espera poder contribuir para reforçar o quadro competitivo da região.

Esta decisão coloca-nos uma oportunidade de potenciar corredores de mobilidade sustentável, que favoreçam uma ligação/interface da cidade de Tondela com esta plataforma ferroviária.

Já no domínio da rodovia, a ligação a Coimbra, voltou à estaca zero!

É bom lembrar que sempre defendemos a beneficiação do IP3. E que se dessa intervenção resultasse a transformação do mesmo em via portajada, então que se fizesse uma nova via, portajada, mas que o IP3 fosse uma alternativa não portajada. Sempre fui bem claro!

Razão pela qual, a decisão que antes havia sido anunciada – havendo operadores privados que assumiriam a conceção, construção e exploração sem custos para o estado, nos permitiria ter uma alternativa (o IP3) sem portagens.

Vem agora o governo dizer que esse modelo financeiro e o projeto não estão definidos.

E mais:

. Que não foi conquistado financiamento comunitário para a obra.

. Que só espera ter um projeto daqui a um ano – fevereiro 2017 e em setembro do mesmo ano (mês de eleições autárquicas) o estudo de impacto ambiental.

Ora, estas afirmações só podem ser entendidas como havendo vontade do governo em encontrar financiamento público e comunitário para a obra.

A ser assim, então não há razão para que não seja feita a reabilitação do atual IP3 com financiamento público/comunitário, logo sem necessidade de portar essa via.

Foram estas razões, carregadas de dúvidas, hesitações e retrocessos, que me levaram a solicitar uma audiência ao Sr. Secretario de Estado das Infraestruturas, para que possam ser construídas soluções reias e não adiamentos eternos, atrasando aquilo que se considera uma causa nacional ao sabor de conveniências.

Situação Financeira do Município de Tondela

INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 22 de fevereiro de 2016.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2016
e 22-02-2016)

DESIGNAÇÃO	RECEITA PREVISTA CORRIGIDA (1)	RECEITA COBRADA BRUTA (2)	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (3)=[(2)/(1)]*100%	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (14,52%) (4)=(3)-14,52%	PESO DA EXECUÇÃO NA RECEITA TOTAL
IMPOSTOS DIRECTOS	4 549 386,25	218 116,22	4,79%	-9,73%	7,54%
IMPOSTOS INDIRECTOS	85 933,95	8 169,50	9,51%	-5,01%	0,28%
TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	199 147,39	43 163,67	21,67%	7,15%	1,49%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	983 400,00	197 672,46	20,10%	5,58%	6,83%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 024 780,00	1 639 966,17	16,36%	1,84%	56,67%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 424 500,00	202 521,25	14,22%	-0,30%	7,00%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64 150,00	2 157,32	3,36%	-11,16%	0,07%
VENDA BENS INVESTIMENTO	1 050,00	0,00	0,00%	-14,52%	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5 392 786,00	582 160,15	10,80%	-3,72%	20,12%
PASSIVOS FINANCEIROS	2 000 000,00	0,00	0,00%	-14,52%	0,00%
OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	n.a	n.a	n.a
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0,00	0,00	n.a	n.a	n.a
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00	n.a	n.a	n.a
	24 725 133,59	2 893 926,74	11,70%	-2,82%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita bastante aceitável (11,70%), em linha com a execução de 2015, em igual período, mas, ainda assim, ligeiramente abaixo do grau de execução esperado para este período (14,52%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 2,82%.

No entanto é de salientar que este resultado, está afetado do impacto produzido, pela receita prevista de 2.000.000, 00€ de passivos financeiros, valor que, pelo contrato de empréstimo não ter sido visado pelo Tribunal de Contas, irá ser retirado na 1ª revisão orçamental.

Se retirássemos este impacto, a taxa de execução da receita seria (12,73%) e não (11,70%), e o desvio negativo seria de (1,79%) e não (2,82%).

Analisando a estrutura da receita ressalta, a par dos anos anteriores, a execução em termos de valores absolutos, registada no capítulo das transferências correntes e de capital, capítulo onde estão refletidas as transferências do Orçamento do Estado (FEF, FSM e participação no IRS) e que, grosso modo, assumem um peso de 77% no total da receita do Município. Igualmente expressiva, em valores absolutos, embora com um peso menos significativo na estrutura global da receita, com cerca de 7,54%, encontram-se os impostos diretos.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 2.893.926,74€. Importa mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior, no montante de 1.449.232,26€, porque este saldo, só é incorporado na primeira revisão orçamental do ano, o que ainda não aconteceu. Pelo mesmo motivo, também ainda não se encontram valores nas reposições não abatidas aos pagamentos, onde se encontrarão refletidos, entre outros, os valores das revisões de preços negativas.

*Ass.
J. M.
Cadez*

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2016 a 22-02-2016

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (14,52%)
	Despesas Correntes	14 303 813,59	1 408 092,60	9,84%	-4,68%
01	Despesas com Pessoal	4 716 698,00	723 341,48	15,34%	0,82%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6 213 311,59	446 319,51	7,18%	-7,34%
03	Juros Outros Encargos	74 768,00	11,01	0,01%	-14,51%
04	Transferências Correntes	3 115 089,00	204 451,11	6,56%	-7,96%
06	Outras Despesas Correntes	183 947,00	33 969,49	18,47%	3,95%
	Despesas de Capital	10 421 320,00	115 694,46	1,11%	-13,41%
07	Aquisição de Bens de Capital	8 670 355,00	83 352,40	0,96%	-13,56%
08	Transferências de Capital	596 115,00	20 650,00	3,46%	-11,06%
09	Activos Financeiros	144 750,00	0,00	0,00%	-14,52%
10	Passivos Financeiros	960 050,00	0,00	0,00%	-14,52%
11	Outras Despesas de Capital	50 050,00	11 692,06	23,36%	8,84%
	TOTAL	24 725 133,59	1 523 787,06	6,16%	-8,36%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de (9,84%) sendo, o grau de execução esperado (14,52%), representa um desvio negativo de (4,68%). Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de (1,11%), o que representa um desvio negativo de (13,41%).

Tal como em anos anteriores, é importante referir-se que o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano. Este enviesamento evidencia-se, sobretudo, devido aos prazos de vencimento do serviço da dívida, que ocorrem essencialmente no 2º semestre, ou seja, juros e outros encargos, na despesa corrente, e passivos financeiros na despesa de capital, com um desvio negativo face ao grau de

execução esperado de (14,52%). O desvio é exatamente igual ao grau de execução esperado, porque ainda não se venceu nenhuma prestação. O mesmo desvio acontece nos ativos financeiros e deve-se ao valor do FAM (144.750€), sendo que estas prestações só se vencem em junho e dezembro respetivamente.

Importa também referir que parte do desvio verificado nas despesas correntes, se deve à data de pagamento dos encargos do mês, ou seja o pagamento da faturação referente ao mês de janeiro, ainda estava em fase de processamento, logo, os valores desta despesa a pagar, ainda não se encontram refletidos à data do reporte.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
	Despesas Correntes	14 303 813,59	10 821 376,29	75,65%
01	Despesas com Pessoal	4 716 698,00	4 692 118,53	99,48%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6 213 311,59	4 223 881,98	67,98%
03	Juros Outros Encargos	74 768,00	24 556,35	32,84%
04	Transferências Correntes	3 115 089,00	1 791 528,46	57,51%
06	Outras Despesas Correntes	183 947,00	89 290,97	48,54%
	Despesas de Capital	10 421 320,00	3 802 849,02	36,49%
07	Aquisição de Bens de Capital	8 670 355,00	2 798 812,64	32,28%
08	Transferências de Capital	596 115,00	303 151,95	50,85%
09	Activos Financeiros	144 750,00	144 750,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	960 050,00	522 559,05	54,43%
11	Outras Despesas de Capital	50 050,00	33 575,38	67,08%
	TOTAL	24 725 133,59	14 624 225,31	59,15%

Através da análise do quadro acima podemos verificar que embora, estejamos ainda, no segundo mês do ano, já comprometemos (59,15%) da dotação do orçamento do Município.

Dos 14.624.225,31€ de compromissos já assumidos para o exercício de 2016, mais de 7M€ são compromissos contingentes, certos líquidos e exigíveis ao longo do ano, e que já se encontram assegurados na totalidade, a que se associam mais de sete milhões de euros, resultantes de compromissos transitados de 2015.

2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo.10.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2015, na reunião do dia 17 de novembro de 2014, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;

Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Assim, apresenta-se no quadro a seguir os compromissos plurianuais, desta natureza, assumidos até à data de reporte do presente relatório, ou seja, 22-01-2016.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01/01/2016 A 22/02/2016				
(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 16/11/2015 pela Assembleia Municipal)				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2017	2018	2019	Seguintes
Protocolo de Colaboração SANTA CASA DA MISERICÓRDIA-"Investimentos realizados na remodelação do Edifício Lar Residencial e Centro de Dia, adaptação de Cozinha e Instalações e intervenção no espaço do Infântário"	25 000,00			

3. Conclusão

Estando decorridos apenas 1 mês e 22 dias do ano de 2016, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental, nesta fase, tendo em conta que, se orçamenta para um ano completo e que os desvios padrão, não consideram os prazos em que as receitas e despesas devem acontecer.

Tondela, 22 de fevereiro de 2016

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,


(Joana Chaves)

(Handwritten signature and initials)
 1
 Jm
 Carlos

Câmara Municipal Tondela
(proposta de deliberação)

----Considerando que a “TONDELVIVA – Investimentos Urbanos, S.A.”, foi constituída para desenvolver um conjunto de investimentos e obras, designadamente no âmbito da reabilitação e regeneração urbana, como era o caso da requalificação do Largo/ Espaço da Feira semanal de Tondela.-----

----Considerando que, para tanto e com o referido objetivo, aquele Largo/Espaço de Feira foi transferido para a TONDELVIVA ao abrigo de um contrato de constituição do direito de superfície.-----

----Considerando que a constituição do direito de superfície sobre o imóvel Largo/Espaço da Feira Semanal de Tondela, inscrito na matriz urbana da União das freguesias de Tondela e Nandufe sob o artigo 2270º (artigo 2878º da extinta freguesia de Tondela) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tondela com a descrição 1663/freguesia de Tondela, foi formalizado por escritura celebrada em 09 de março de 2009, no Cartório Notarial de Tondela.-----

----Considerando que nos termos previstos na referida escritura a TONDELVIVA adquiriu ao Município de Tondela, pelo preço de € 175.000,00, o direito de superfície sobre o Largo/Espaço da Feira, pelo prazo de 50 anos, não prorrogável no tempo. -----

----Considerando que o direito de superfície se consubstanciava no dever da TONDELVIVA proceder à construção de infraestruturas desportivas, culturais e de lazer, mantendo-os sob o seu domínio, tendo ficado previsto que as obras tinham que ter início em abril de 2009 e estar concluídas em dezembro de 2009.-----

----Considerando que ficou também estabelecido na referida escritura que o direito de superfície se extinguiria se a TONDELVIVA não concluísse os trabalhos no prazo estipulado.-----

----Considerando que decorrido o prazo para a TONDELVIVA executar e concluir as obras do Largo da Feira (que terminou em dezembro de 2009), a referida superficiária não

*Carla
Am
Carlos*

procedeu à execução, por si ou através de terceiros e à sua custa, de quaisquer obras com vista à construção de infraestruturas desportivas, culturais e de lazer no referido Largo.-----

---Considerando que a circunstância da superficiária TONDELVIVA não ter procedido, no prazo previsto para o efeito, à execução das obras objeto do referido direito de superfície constitui uma causa extintiva do direito de superfície. -----

---Considerando que decorrido este tempo sem que a TONDELVIVA tenha executado quaisquer obras no Largo da Feira, o Município de Tondela perdeu interesse na manutenção do direito de superfície constituído sobre Largo da Feira.-----

---Considerando o exposto, não resta outra alternativa ao Município se não promover a extinção do direito de superfície por incumprimento da TONDELVIVA do seu dever de construir infraestruturas desportivas, culturais e de lazer no Largo da Feira de Tondela.-----

---Considerando que o direito do Município de Tondela resolver o direito de superfície nos termos expostos, tem como consequência a restituição à TONDELVIVA do preço pago por esta, no montante de € 175.000,00. -----

---Considerando, todavia, que a TONDELVIVA teve o Largo da Feira na sua posse, enquanto superficiária e pôde dispor deste para os fins que entendesse mais convenientes, durante 7 anos (que se concluem no próximo dia 09 de março de 2016), pelo que ao preço a restituir à TONDELVIVA tem que ser deduzido o montante correspondente ao período em que esta teve o Largo na sua posse, no montante de € 24.5000,00, ficando assim por restituir à TONDELVIVA o valor de € 150.500,00.-----

---Considerando que a restituição à TONDELVIVA do referido montante, por questões de tesouraria, deve ser feito em 60 prestações mensais, iguais e sucessivas de € 2.508,33.-----

Nestes termos, a Câmara Municipal de Tondela, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 1536º, nº 1, al. a), 801º, nº 2, 437º, 433º e 289º do Código Civil e alínea g) do nº 1 do artº. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro) delibera:-----

a) Resolver, com fundamento no direito de extinguir o direito de superfície por incumprimento da TONDELVIVA do seu dever de construir infraestruturas desportivas, culturais e de lazer no Largo da Feira de Tondela no prazo estipulado para o efeito, o contrato de constituição

do direito de superfície a favor da superficiária TONDELVIVA sobre o Largo/Espaço da Feira Semanal de Tondela, inscrito na matriz urbana da União das freguesias de Tondela e Nandufe sob o artigo 2270º (artigo 2878º da extinta freguesia de Tondela) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tondela com a descrição 1663/freguesia de Tondela, titulado por escritura pública outorgada em 09 de março de 2009. -----

b) Que ao montante do preço a restituir à superficiária se deduza o valor correspondente ao período de tempo que o Largo da Feira esteve na posse desta, no valor correspondente a €24.500,00.-----

c) Que a parte do preço a restituir à superficiária, no montante de € 150.500,00, seja restituído em 60 prestações mensais, iguais e sucessivas de € 2.508,33.-----

d) Mandatar o senhor presidente da câmara municipal para encetar as diligências pertinentes junto da TONDELVIVA no sentido de obter a anuência desta para outorgar a escritura de extinção do direito de superfície nos termos ora deliberado.-----

Câmara Municipal Tondela

(proposta de deliberação)

---Considerando que a “TONDELVIVA – Investimentos Urbanos, S.A.”, foi constituída para desenvolver um conjunto de investimentos e obras, designadamente no âmbito da reabilitação e regeneração urbana, como era o caso da requalificação do Largo/ Espaço da Feira semanal de Tondela.-----

---Considerando que, para tanto e com o referido objetivo, aquele Largo/Espaço de Feira foi transferido para a TONDELVIVA ao abrigo de um contrato de constituição do direito de superfície.-----

---Considerando que a constituição do direito de superfície sobre o imóvel Largo/Espaço da Feira Semanal de Tondela, inscrito na matriz urbana da União das freguesias de Tondela e Nandufe sob o artigo 2270º (artigo 2878º da extinta freguesia de Tondela) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tondela com a descrição 1663/freguesia de Tondela, foi formalizado por escritura celebrada em 09 de março de 2009, no Cartório Notarial de Tondela.-----

---Considerando que nos termos previstos na referida escritura a TONDELVIVA adquiriu ao Município de Tondela, pelo preço de € 175.000,00, o direito de superfície sobre o Largo/Espaço da Feira, pelo prazo de 50 anos, não prorrogável no tempo. -----

---Considerando que o direito de superfície tinha por objeto a construção de infraestruturas desportivas, culturais e de lazer pela TONDELVIVA e a sua posterior manutenção pela referida sociedade. -----

---Considerando que no final do ano de 2009 surgiu a possibilidade do Município de Tondela poder beneficiar de apoios comunitários para a construção das infraestruturas desportivas, culturais e de lazer projetadas para o Largo da Feira.-----

---Considerando essa possibilidade, no início do ano de 2010, o Município de Tondela e a TONDELVIVA e perante a hipótese do Município executar as obras no Largo da Feira, acordaram que, oportunamente, iriam extinguir/resolver o direito de superfície constituído a favor da TONDELVIVA, para que esse Largo pudesse regressar na sua plenitude para a esfera jurídica do Município. -----

---Considerando que na sequência dessa decisão, o Município de Tondela incluiu o Largo da Feira na candidatura a fundos comunitários – QREN - no âmbito do projeto da “Parceria de Regeneração Urbana” e executou as obras no referido Largo, beneficiando de financiamento comunitário para o efeito. -----

---Considerando o exposto, é intenção promover-se a extinção do direito de superfície constituído sobre o Largo da Feira de Tondela a favor da TONDELVIVA.-----

---Considerando que o direito do Município de Tondela resolver o direito de superfície nos termos expostos, tem como consequência a restituição à TONDELVIVA do preço pago por esta, no montante de € 175.000,00. -----

---Considerando, todavia, que a TONDELVIVA teve o Largo da Feira na sua posse, enquanto superficiária e pôde dispor deste para os fins que entendesse mais convenientes, durante 7 anos (que se concluem no próximo dia 09 de março de 2016), pelo que ao preço a restituir à TONDELVIVA tem que ser deduzido o montante correspondente ao período em que esta teve o Largo na sua posse, no montante de € 24.5000,00, ficando assim por restituir à TONDELVIVA o valor de € 150.500,00.-----

---Considerando que a restituição à TONDELVIVA do referido montante, por questões de tesouraria, deve ser feito em 60 prestações mensais, iguais e sucessivas de € 2.508,33.---

Nestes termos, a Câmara Municipal de Tondela, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 406º, nº 1, 432º, 433º, 434º, 436º, 437º, 439º e 289º do Código Civil e alínea g) do nº 1 do artº. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro) delibera:- -----

a) Com fundamento no facto de ter sido o Município de Tondela a executar por sua conta as obras no Largo/Espaço da Feira Semanal de Tondela com recurso a financiamento comunitário resultante da inclusão desse Largo na candidatura apresentada no âmbito do projeto da “Parceria de Regeneração Urbana” e, por isso, ter interesse em que o referido Largo regresse na sua plenitude para a esfera jurídica do Município, resolver o contrato de constituição do direito de superfície a favor da superficiária TONDELVIVA sobre o Largo/Espaço da Feira Semanal de Tondela, inscrito na matriz urbana da União das freguesias de Tondela e Nandufe sob o artigo 2270º (artigo 2878º da extinta freguesia de Tondela) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tondela com a descrição 1663/freguesia de Tondela, titulado por escritura pública outorgada em 09 de março de 2009. -----

b) Que ao montante do preço a restituir à superficiária se deduza o valor correspondente ao período de tempo que o Largo da Feira esteve na posse desta, no valor correspondente a €24.500,00.-----

c) Que a parte do preço a restituir à superficiária, no montante de € 150.500,00, seja restituído em 60 prestações mensais, iguais e sucessivas de € 2.508,33.-----

anexo 11

REQUERIMENTO

Requeiro ao Sr. Presidente da Assembleia que coloque à consideração da Assembleia Municipal o seguinte:

Repeção e refeição total aos três
leões corais e Sr. Joaquim Santos
deputado desta Assembleia se de-
nife ao membros da comissão

Maria Antão